PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG

LEVANDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS A SÉRIO:
a absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor
interesse da criança

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Emérito Dr. Dalmo de Abreu Dallari

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP

2019

PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG

LEVANDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS A SÉRIO:
a absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor
interesse da criança

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Emérito Titular Dr. Dalmo de Abreu Dallari.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Hartung, Pedro Affonso Duarte

Levando os Direitos das Crianças a Sério: a absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor interesse da criança ; Pedro Affonso Duarte

Hartung ; orientador Dalmo de Abreu Dallari – São Paulo, 2019.

522

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. direito da criança. 2. prioridade absoluta. 3. teoria dos princípios.
4. comunidade plural de intérpretes. I. Dallari, Dalmo de Abreu, orient.
II. Título.

Dedicatória

*À Vania, Kleber, Marianne e Karolinne,
minha caleidoscópica família.*

Agradecimentos

A escrita desta tese me levou às paragens mais inesperadas. Desde as prazerosas descobertas nas conversas, leituras e aulas feitas em diferentes Universidades ou centros de pesquisa pelo mundo, até ao mais íntimo das minhas próprias reflexões ao longo desses mais de 5 anos de pesquisa, as linhas aqui escritas ressoam parte da minha própria história, formada pelos encontros, e desencontros, com muitas ideias e, também, com muitas e significativas pessoas.

Agradeço ao meu orientador – Prof. Dalmo Dallari – pela sempre paciente e atenciosa disponibilidade, pelos conselhos e ensinamentos, não só acadêmicos, como também de vida dedicada aos direitos humanos e à democracia brasileira. Em um encontro que começou antes mesmo das aulas de direito nas arcadas da São Francisco – pelo livro ‘O direito da criança ao respeito’ – agradeço a oportunidade de compartilhar tantas boas memórias.

À minha mãe – Vania – agradeço o imenso amor depositado não só a mim, mas ao estudo e ao conhecimento, que, por meio de seu exemplo vivo de noturnas e enredadas leituras de poemas e livros ou apoio para a escrita de histórias, ascendeu minha paixão pelo saber. Ao meu pai – Kleber – agradeço o exemplo da inventividade para encontrar caminhos de conserto para tudo e qualquer coisa, que, permeadas por histórias fantásticas, marcaram em mim a curiosidade dos porquês da vida e do mundo. Às minhas irmãs e amigas Marianne e Karolinne, mulheres que em suas qualidades tão diferentes e tão complementares, desenvolveram em mim habilidades únicas, formadoras e essenciais para todas as dimensões da minha vida. À minha Vó Carmita, que entre cigarras e formigas, ensinou-me o valor do trabalho, da ética e de uma boa batata frita.

Às crianças da minha vida – Katherine, Davi, Fabrizio, Amali, Bianca, Helena e Vinícius – o prazer de fazer parte, desde o começo, de suas histórias.

Ao Arthur e Severino – irmãos, amigos e companheiros do 3º e 5º andar – por todos esses anos e histórias compartilhadas de vida, inclusive acadêmica franciscana. Também a sempre querida e presente Família Estendida – Antonio

Pedro e Talita, Bruno, Caio e Natália (e João), Daniel e Sheila (e Martim), Katilita e Severus, Luíza, Mariana, Nathalia e Tiarreh lua prateada – a companhia e aventuras de todos esses anos no Guarazinho ou Castellabate, além do apoio em todos os projetos, planos e sonhos.

Também à Tia Cristina e Gabriela, por me acolherem novamente em São Paulo e pelas boas viagens e aventuras da “farra do boi” italiana às vielas espanholas. À Evinha e Tia Núbia, pelas conversas sobre a vida e o que há para além dela.

Aos amigos de Campinas – Mariana, Fabrizio e Patrícia, Andrea, Flora, Olívia – e todos aqueles que me ensinaram o valor do voluntariado contra fome infantil desde os 14 aos 24 anos ou me acompanham desde um Porto Seguro – Bruno, Chico, Guilherme, Kirsten, Nathalia, Vitor e Patrícia.

Aos companheiros do Alana – Isabella pelos ensinamentos e invariável confiança, parceria e amizade, Ana pela abundante inspiração e visão de futuro profunda e comprometida, e Marcos pela mentoria e criatividade positiva que nos faz alçar voos cada vez mais altos – que me deram raízes e asas nesses quase 12 anos de trabalho para honrar a criança e seus direitos. Também à Carolina, Carlos, Clézia, David e Renata, Ekaterine, Érika, Estela, Flávia, Gandhi e Ana, Guilherme, Guga, JP, Josi, Julia, Kleverson, Laís, Laura, Lilian, Livia, Luana, Luiza, Marina, Mayara, Marcelo, Myrian, Nilceia, Renata, Renato, Tamara, Thaís, Vanda e a minha querida Vilmara, por sonharmos juntos novos caminhos para as infâncias brasileiras e mundiais.

À Nathalie Fragoso, que desde o primeiro dia de aula na Turma 180, permitiu que eu fosse mais que amigo, companheiro de sonhos e lutas pelos direitos humanos nos seminários de filosofia, na Clínica Luiz Gama, no HC coletivo e tantos outros momentos inesquecíveis.

Ao Guilherme Palu, amigo, irmão e conselheiro acadêmico em terras brasileiras e germânicas. Obrigado por todas as longas conversas, explicações e pela leitura atenta de alguns destes capítulos. Sua determinação e dedicação à academia são fontes sempre de inspiração e admiração.

Aos amigos que a Alemanha de 2011 e a Sanfran me presentaram, onde minha trajetória em pesquisa sobre os direitos da criança foi iniciada – Amanda, Gabriel e Belisa, Gabriele, Jéssica, Leo, Letícia, Lucas, Ricardo, Martina e José. Ao Prof. Calixto por toda orientação e ensinamentos.

À GRES IVV – André, Bruno, Gabriel, Ivan, João, Mário, Pedro – pelos anos de convivência e amizade no caldeirão do centro de São Paulo.

À Bancada Ativista – Beatriz, Caio, Carô, Carlota, Dani, Mariana, Marina, Telles, Markun, Ricardo, Zé – e tantos outros que sonham pela profunda política das pessoas, causas e comunidades.

À Elizabeth Bartholet, Professora da *Harvard Law School*, que me acolheu de forma tão generosa como Visiting Researcher do Graduate Program no ano acadêmico 2016/2017, desafiando meus pressupostos e conceitos sobre tantos temas. Também aos colegas do *Child Advocacy Program*, com os quais tive a honra de dividir reflexões e estudos sobre a proteção da criança.

À Thais Gasparian, amiga e companheira de incontáveis horas e noites nas bibliotecas de Harvard: Widener, Lamont, Langdell, Gutman e todas as salas (e diálogos) que aventurosamente abrimos.

Aos amigos que a *Harvard Law School* me trouxe – Daniel e Camila, Erik e Isabela, Maíra e Ramiro (Team HLS) – como também Lilian, Fernando, André, Bruno, Julia, Laura, Luana, Lionel, Rafael, Maitê e Uri.

Ao Consenso de Birigui – Andre, Anna, Bruno, Flávia, Laura, Marco, Rafael e Eduardo – pela amizade e desafiadores diálogos em tempos intensos da nossa democracia. Também ao Flávio que, com sua generosidade e afiada análise crítica, acompanhou-me nesta tese com leituras dos capítulos, conversas e reflexões várias.

Ao GVA Cuore – Alex, Gladys, Pia, Rebeca, Rodrigo e Natalia, Thaís e Miguel – pela amizade global criada nos mágicos meses de Genebra e suas horas sob o sol em Perle du Lac, Jonction, Concord e La Grange.

À Profa. Cécile Aptel, Senior Legal Policy Adviser do OHCHR/UN em Genebra, por me acolher no Legal Policy Office. Também aos colegas de equipe e trabalho Elisa, Igor, Marcelo e Martins.

Ao NCPI/Harvard – Anna, Berenice, Cesira, Eduardo, Fabíola, Fadigas, Flávia, Florence, Hugo, Leticia, Luciana, Luiz, Luzia e Vivane – pela dedicação à primeira infância, especialmente no Sistema de Justiça brasileiro.

Aos colegas de meses intensos de pesquisa no *Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht* em Heidelberg – Ana, Danielle, Juan, Patrícia – e aos companheiros de almoço e discussões sobre política e direito Arnulfo, Borja, Kristina, Limin, Nuria e Simone.

E, enfim, a todos os movimentos pela proteção e promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e todas as instituições que tive à honra de fazer parte: AMIC, Conanda, RNPI, ABMP-IBDCRIA e tantas outras que me ensinaram o valor e a força das mobilizações em grupo.

Resumo

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. Levando os direitos das crianças a sério: a absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor interesse da criança. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. 522 p.

O Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova era para os direitos da criança no Brasil. Todavia, suas vozes, opiniões, expressões e seus direitos fundamentais ainda não são levados a sério pelo universo adultocêntrico, inclusive dentro do Sistema de Justiça. A presente tese baseia-se na percepção, pela teoria da complexidade, de que a falta de um entendimento compartilhado e sistematizado sobre o *status* da criança e seus direitos fundamentais no direito público brasileiro, permite que elementos centrais para a eficácia desses direitos sejam ignorados ou desconhecidos na atividade decisória, jurisprudencial e na prática cotidiana dos profissionais do Direito. Assim, o objetivo desse estudo é analisar o *status* da criança no direito público, em especial sua titularidade de direitos fundamentais e, de forma específica e detalhada, o direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse previstos no Artigo 227, analisando sua estrutura e consequências nas atividades do Estado à luz da teoria dos princípios de Robert Alexy e, ainda, propor um modelo interpretativo-analítico para a definição do melhor interesse da criança em casos concretos, por uma comunidade plural de intérpretes. Como tese central, defende-se que o direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse se traduz, segundo a teoria dos princípios e do modelo do duplo aspecto de direitos fundamentais, como regra e, também, como princípio com alto peso abstrato. Tal direito gera tanto efeitos, diretos e indiretos em relações horizontais entre particulares, como deveres em todas as dimensões e instituições do Estado, inclusive nas decisões do Sistema de Justiça, as quais devem considerá-lo como razão de segunda ordem. Por fim, para aferição do melhor interesse da criança em casos concretos – como, por exemplo, nos processos de suspensão ou destituição do poder familiar –, é proposto um modelo interpretativo-analítico para uma maior racionalidade justificativa da decisão, por meio tanto da subsunção das regras já definidas pela rede de normas quanto pela aplicação da regra da proporcionalidade e do sopesamento no próprio universo normativo da criança, considerando apenas seus direitos colidentes e seus interesses, mas por meio de um processo de definição dos pesos abstratos compartilhado, solidariamente, por uma comunidade plural de intérpretes.

Palavras-chave: direito da criança, prioridade absoluta, teoria dos princípios, comunidade plural de intérpretes

Abstract

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. Taking children's rights seriously: the absolute priority of their fundamental rights and best interest. Thesis (Doctorate) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019. 522 p.

Article 227 of the Brazilian Constitution of 1988 inaugurated a new era for the rights of the child in Brazil. However, their voices, opinions, expressions and their fundamental rights are not yet taken seriously by the adult-centric universe, including within the Justice System. This thesis is based on the perception, by complexity theory, that the lack of a shared and systematized understanding of the child's status and fundamental rights in Brazilian public law allows central elements for the effectiveness of these rights to be ignored or unknown in the decision-making, jurisprudence and in the day-to-day practice of law professionals. Thus, the purpose of this study is to analyze the status of children in public law, especially their ownership of fundamental rights and, in a specific and detailed manner, the fundamental right to the absolute priority of their rights and best interest foreseen in Article 227, noting their structure and consequences in the activities of the State in light of Robert Alexy's theory of principles, proposing an interpretative-analytical model for the definition of the best interest of the child in concrete cases by a plural community of interpreters. As a central thesis, it is argued that the fundamental right to the absolute priority of their rights and best interest translates, according to the theory of principles and the model of the dual aspect of fundamental rights, as a rule and also as a principle with high abstract weight. This right generates both effects, direct and indirect, in horizontal relations between individuals, as well as duties in all dimensions and institutions of the State, including in the decisions of the Justice System, which must consider it as second-order reason in decision making. Finally, in order to assess the best interest of the child in concrete cases, such as in the processes of suspension or termination of parental rights, an interpretative-analytical model is proposed for a more rational justification of the decisions, through both the subsumption of the rules already defined by the network of norms, and also by the application of the of proportionality and the weighing in the normative universe of the child, considering only their colliding rights and interests, but by means of a shared definition process of the abstract weights by a plural community of interpreters.

Key words: children's rights, absolute priority, theory of principles, plural community of interpreters

Zusammenfassung

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. Kinderrechte ernstgenommen: absolute Priorität absolute Priorität der Rechte und des Wohls des Kindes. Doktorarbeit - Rechtswissenschaftliche Fakultät, Universität São Paulo, São Paulo, 2019. 522 p.

Mit Artikel 227 der brasilianischen Verfassung von 1988 wurde eine neue Ära für die Rechte des Kindes in Brasilien eingeläutet. Ihre Stimmen, Meinungen, Äußerungen und Grundrechte werden jedoch vom erwachsenenorientierten Universum, auch innerhalb des Justizsystems, noch nicht ernst genommen. Diese These basiert auf der Auffassung der Theorie der Komplexität, dass das Fehlen eines gemeinsamen und systematisierten Verständnisses des Status des Kindes und seiner Grundrechte im brasilianischen öffentlichen Recht es erlaubt, zentrale Elemente für die Wirksamkeit dieser Rechte zu ignorieren oder zu ignorieren unbekannt in der Entscheidungsfindung, Rechtsprechung und täglichen Praxis von Juristen. Ziel dieser Studie ist es daher, den Status von Kindern im öffentlichen Recht zu analysieren, insbesondere deren Grundrechtsmündigkeit, und das Grundrecht auf die absolute Priorität ihrer Rechte und ihres besten Interesses, das in Artikel 227 der Verfassung vorgesehen ist, in einer spezifischen und detaillierten Art und Weise Struktur und Konsequenzen in der Tätigkeit des Staates im Hinblick auf Robert Alexys Prinzipientheorie und schlagen auch ein interpretativ-analytisches Modell für die Definition des besten Interesses des Kindes in konkreten Fällen durch eine plurale Gemeinschaft der Interpreten vor. Als zentrale These wird argumentiert, dass das Kindergrundrecht auf die absolute Priorität ihrer Rechte und ihres Interesses als Regel und auch als Prinzip mit einem hohen abstrakten Gewicht übersetzt wird, gemäß der Prinzipientheorie und dem Doppelaspektmodell der Grundrechte. Dieses Recht hat sowohl direkte als auch indirekte Auswirkungen auf die horizontalen Beziehungen zwischen Individuen sowie Pflichten in allen Dimensionen und Institutionen des Staates. Dies gilt auch für die Entscheidungen des Justizsystems, die es als Grund zweiter Ordnung betrachten sollte. Schließlich, um in bestimmten Fällen das Wohl des Kindes beurteilen zu können - wie zum Beispiel bei der Aufhebung der Elternrechte -, wird ein interpretativ-analytisches Modell für eine rationalere Begründung der Entscheidung vorgeschlagen, und zwar durch die bereits vorhandene Subsumtion der Regeln definiert durch das Netzwerk der Normen und die Anwendung der Verhältnismäßigkeit und der Abwägung, aber im normativen Universum des Kindes, wobei nur deren kollidierende Rechte und Interessen berücksichtigt werden. Es wird jedoch vorgeschlagen, dass der Prozess der Definition der abstrakten Gewichtungen gemeinsam von einer Mehrzahl von einer plurale Gemeinschaft der Interpreten.

Schlüsselwörter: Kinderrechte, absolute Priorität, Prinzipientheorie, plurale Gemeinschaft der Interpreten

Resumé

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. Prendre les droits des enfants au sérieux : la priorité absolue des droits fondamentaux et de l'intérêt supérieur de l'enfant. Thèse (doctorat) - Faculté de droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2019. 522 p.

L'article 227 de la Constitution fédérale brésilienne de 1988 a inauguré une nouvelle ère pour les droits de l'enfant au Brésil. Cependant, leurs opinions, expressions et droits fondamentaux ne sont pas encore pris au sérieux par l'univers centré sur les adultes, même au sein du système de justice. Cette thèse est fondée sur la perception, par la théorie de la complexité, selon laquelle l'absence d'une compréhension partagée et systématisée du statut de l'enfant et leurs droits fondamentaux en droit public brésilien autorise des éléments essentiels pour que l'efficacité de ces droits soit ignorée ou inconnue dans le moment de la décision, la jurisprudence et la pratique quotidienne des professionnels du droit. L'objet de cette étude est analyser le statut des enfants en droit public, en particulier leur propriété des droits fondamentaux et, de manière spécifique et détaillée, le droit fondamental à la priorité absolue de leurs droits et leur intérêt supérieur prévus à l'article 227, en notant leur structure et conséquences dans les activités de l'État à la lumière de la théorie des principes de Robert Alexy et de proposer un modèle interprétatif-analytique pour la définition de l'intérêt supérieur de l'enfant dans des cas concrets par une communauté plurielle d'interprètes. En tant que thèse centrale, il est argumenté que le droit fondamental à la priorité absolue de leurs droits et de leur intérêt supérieur se traduit, selon la théorie des principes et le modèle du double aspect des droits fondamentaux, en règle générale et également en tant que principe de poids abstrait élevé. Ce droit génère à la fois des effets, direct et indirect, dans les relations horizontales entre individus, comme des devoirs dans toutes les dimensions et l'institutions de l'État, y compris dans les décisions du système judiciaire, qui doit le considérer comme une raison de deuxième ordre. Enfin, pour évaluer l'intérêt supérieur de l'enfant dans les cas concrets, comme, par exemple, les processus de suspension ou de suppression du pouvoir familial, il est proposé un modèle d'interprétation-analytique pour une justification plus rationnelle de la décision, à la fois des règles déjà définies par le réseau de normes et par l'application de la règle de proportionnalité et de la pondération dans l'univers normatif de l'enfant, considérant seulement leurs droits et intérêts en conflit, sauf par le biais d'un processus de définition des poids abstraits partagés, conjointement, par une communauté plurielle d'interprètes.

Mots-clés: droits de l'enfant, priorité absolue, théorie des principes, communauté plurielle d'interprètes

Lista de Siglas e Abreviações

CC – Código Civil

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CDC/ONU – Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas

CF – Constituição Federal

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CP – Código Penal

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HC – habeas corpus

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PL – Projeto de Lei

RE – Recurso Extraordinário

REsp – Recurso Especial

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SGD – Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO21

1. A CRIANÇA NO DIREITO – DO BRASIL PRÉ-COLONIAL À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 198833

1.1. O Brasil pré-colonial e o direito nativo das crianças indígenas	37
1.2. O Brasil Colônia (1500-1822).....	42
1.2.1. Direito missionário, reduções e os povos indígenas	44
1.2.2. O Direito português na Colônia e as crianças livres	51
1.2.3. As crianças negras, o tráfico atlântico, a escravidão africana e as leis coloniais escravistas.....	58
1.2.4. A resistência e o direito consuetudinário nas comunidades quilombolas	63
1.3. As leis para as crianças do Império	68
1.4. A Primeira República (1889-1930).....	77
1.4.1. Código Penal Republicano de 1890 e as crianças “delinquentes”.....	80
1.4.2. Código Civil de 1916, “pátrio poder” e o instituto da adoção	81
1.4.3. Em busca de uma regulação e políticas públicas específicas para as crianças consideradas “abandonas ou delinquentes”	85
1.4.4. Influência internacional	88
1.4.5. Leis de menores: a Lei n. 4.242 de 1921, Decreto Presidencial n. 16.272 de 1923 e Decreto n. 5.083 de 1926	91
1.4.5.1. O funcionamento do Juízo de Menores, o Código Mello Mattos em 1927	100
1.5. O Estado Getulista (1930-1945)	112
1.6. O período democrático (1945-1964)	119
1.6.1. Influências internacionais	121
1.7. A ditadura civil-militar (1964-1985).....	123
1.7.1. A política da Funabem, o anti-SAM.....	123
1.7.2. As Constituições de 1967 e 1969 e novas leis subsequentes	125
1.7.3. O Código de Menores de 1979 e as crianças em “situação irregular”	129
1.7.4. As crianças da ditadura: tortura, sequestro e violência	132
1.8. A Constituinte de 1987-1988.....	137
1.8.1. O art. 226 da Constituição Federal de 1988.....	140
1.8.2. A gênese do Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.....	143
1.9. Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 e outras influências internacionais.....	154

2. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E TITULAR DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 159

2.1. Crianças como sujeito de direitos e a Doutrina de Proteção Integral.....	161
2.1.1. Condição peculiar de desenvolvimento.....	166
2.1.2. Desenvolvimento progressivo das capacidades e habilidades	178
2.1.3. Proteção especial e integral	185
2.1.4. Modelos de regulação normativa das capacidades e habilidades da criança.....	193
2.2. Crianças como titulares de direitos fundamentais	196
2.2.1. Titularidade de direitos fundamentais em sentido estrito (<i>Grundrechtsträgerschaft</i>)	198
2.2.2. A capacidade fática de realizar ou invocar por si próprio (<i>Wahrnehmungsfähigkeit</i>) direitos fundamentais.....	200

2.2.3. A autorização legal de realizar por si próprio (<i>Wahrnehmungsberechtigung</i>) direitos fundamentais.....	206
2.2.4. A reivindicação (<i>Geltendmachung</i>) processual dos direitos fundamentais..	208
2.3. Os direitos fundamentais das crianças no Artigo 227	218
2.3.1. Direitos de defesa ou afastamento.....	220
2.3.2. Direitos a prestações em sentido amplo ou à ação estatal positiva	223
2.3.3. Direito à igualdade	232
2.3.4. Direito à solidariedade	235
2.4. Eficácia ou efeitos horizontais dos direitos fundamentais de crianças nas relações familiares e com outros agentes sociais	250
2.4.1. Modelos de efeitos indiretos e direitos – o modelo adequado proposto por Virgílio Afonso da Silva.....	255
2.4.2. Crianças, famílias e o poder familiar	258
2.4.3. Crianças e agentes particulares da sociedade.....	262
3. O DIREITO FUNDAMENTAL DA CRIANÇA À ABSOLUTA PRIORIDADE DOS SEUS DIREITOS E MELHOR INTERESSE	269
3.1. A prioridade do melhor interesse da criança	271
3.1.1. As raízes jurídicas e históricas	272
3.1.2. A incorporação do instituto do melhor interesse da criança pela Convenção sobre os Direitos da Criança.....	281
3.1.3 Incorporação na legislação, jurisprudência e doutrina brasileiras	290
3.1.4. O direito fundamental da criança à prioridade do seu melhor interesse pela teoria dos princípios: prestações e solidariedade entre regras e princípios	301
3.2. A prioridade absoluta dos direitos fundamentais da criança.....	306
3.2.1. Fundamentos da garantia à absoluta prioridade da criança e seus direitos...	306
3.2.2. Conteúdo substantivo da prioridade e seu detalhamento em leis, na doutrina e jurisprudência.....	311
3.2.2.1. Detalhamento em legislações ordinárias e na doutrina de direito público	311
3.2.2.1.1. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias	313
3.2.2.1.2. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.....	315
3.2.2.1.3. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas	317
3.2.2.1.4. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.....	319
3.2.2.1.5. A prioridade das crianças na primeira infância	325
3.2.2.1.6. A prioridade das crianças em situação de risco ou em vulnerabilidade.	327
3.2.2.1.7. A prioridade das crianças com deficiência	328
3.2.2.1.8. Demais previsões legais de prioridade no ECA	329
3.2.2.1.9. A prioridade dos jovens pela Emenda Constitucional n. 65 e dos idosos pelo Estatuto do Idoso	330
3.2.2.2. Modelo interseccional de escalonamento de prioridades.....	334
3.2.2.3. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	337
3.2.2.3.1. Aplicação da disposição da absoluta prioridade pelo STF	337
3.2.2.3.2. Jurisprudência e aplicação da disposição da absoluta prioridade pelo STJ	346
3.3. Um direito fundamental completo e uma razão de segunda ordem.....	349
3.3.1. Como direito fundamental de defesa.....	351

3.3.2. Como direito de prestação ou ação positiva estatal.....	352
3.3.3. Como direito de igualdade.....	353
3.3.4. Como direito de solidariedade.....	354
4. PRIORIDADE ABSOLUTA DA CRIANÇA: UM DIREITO FUNDAMENTAL ABSOLUTO À LUZ DA TEORIA DOS PRINCÍPIOS	357
4.1. Interpretação constitucional de Direitos Fundamentais e a Teoria dos Princípios.....	360
4.1.1. Interpretação de direitos fundamentais e justificação decisória.....	367
4.1.2. Teoria dos Princípios de Robert Alexy.....	369
4.2. A qualificação como absoluta da prioridade dos direitos fundamentais e do melhor interesse da criança.....	376
4.2.1. A doutrina brasileira e a interpretação constitucional da norma da absoluta prioridade pelos cânones de interpretação.....	377
4.2.2. Debates acerca da absolutez de direitos fundamentais na teoria dos princípios e no âmbito da proporcionalidade	383
4.2.2.1. Posicionamento absolutista.....	383
4.2.2.2. Posicionamento da teoria pura dos princípios	387
4.2.2.3. Posicionamento excepcionalista.....	391
4.2.2.4. Posicionamento do duplo aspecto.....	391
4.2.3. Modelo de aplicação do direito fundamental considerado expressamente como absoluto	399
4.3. A prioridade absoluta da criança, seus direitos e melhor interesse: regra definitiva e princípio com grande peso abstrato	407
5. A AFERIÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA: O CASO DA SUSPENSÃO OU DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	413
5.1. A indefinição e ampla abrangência dos conceitos de negligência, abandono e cuidado parental.....	417
5.2. Formação profissional, estrutura e recursos adequados no Sistema de Justiça....	425
5.3. Processos judiciais acessíveis, sensíveis e amigáveis.....	432
5.4. Um ecossistema plural de políticas públicas para crianças sem cuidado parental, com foco na família acolhedora	440
5.5. Um modelo para maior racionalidade nas decisões sobre o melhor interesse: o sopesamento entre direitos da própria criança compartilhado por uma comunidade plural de intérpretes	445
5.5.1. Modelo analítico-interpretativo constelar do melhor interesse da criança ...	451
5.5.1.1. Delimitação do universo normativo do problema	453
5.5.1.2. Identificação da rede de normas aplicáveis.....	453
5.5.1.3. Aplicação das regras por subsunção, silogismo e modelo estruturado de argumentação.....	459
5.5.1.3.1. Premissa maior	460
5.5.1.3.2. Definição	461
5.5.1.3.3. Ato de subsunção.....	463
5.5.1.3.4. Conclusão.....	466
5.5.1.4. Aplicação da regra de proporcionalidade para definição do melhor interesse da criança.....	466
5.5.1.4.1. Adequação	469
5.5.1.4.2. Necessidade.....	470
5.5.1.4.3. Proporcionalidade em sentido estrito.....	471
5.5.1.5. Incertezas epistêmicas e os princípios formais	480

CONCLUSÃO.....	483
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	489

INTRODUÇÃO

Após um longo e tortuoso caminho histórico de luta social e política por reconhecimento e apesar de várias legislações nacionais e internacionais atualmente considerarem as crianças¹ como sujeitos e titulares de direitos, elas e seus direitos ainda são cotidianamente desrespeitados.

No Brasil, os desafios para o fim de toda a forma de violência contra as crianças são imensos. Um média de 29 crianças são assassinados por dia², tendo o Brasil a sétima maior taxa mundial de homicídios entre crianças de 10 a 19 anos, especialmente de crianças negras, pobres e periféricas.³ Nesse sentido, há uma crescente letalidade em decorrência de ações policiais, a qual vitimou 4.222 pessoas em 2016, sendo a maioria homens (99,3%), negros (76,2%), adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos (81,8%).⁴ Ainda, o Brasil foi considerado o país com os maiores índices de violências contra crianças, especialmente física, sexual e psicológica,⁵ inclusive dentro das próprias famílias.

Os dados são alarmantes: 68% das crianças disseram sofrer punição corporal em casa⁶; dentre as 527 mil pessoas vítimas de estupro todo ano no Brasil (somente 10% de notificação), 70% são menores de 18 anos, 50,1%

¹ Conforme explicado em *Notas metodológicas*, para a presente tese o termo criança será utilizado abrangendo indivíduos até dezoito (18) anos incompletos, classificação estabelecida pela Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (CDC/ONU), diferentemente do conceito utilizado pelo ECA (de crianças até 12 anos idade incompletos), como forma de ressaltar a proteção especial a todos os indivíduos dentro desta faixa etária. Quando necessário, especialmente para descrição de legislações nacionais e técnicas, será feita a distinção entre criança e adolescentes.

² FLACSO BRASIL. **Nota técnica: Violência Letal contra as crianças e adolescentes do Brasil**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vCUk8A>. Acesso em 1 fev 2019.

³ UNICEF. **Um Rosto Familiar: A violência na vida de crianças e adolescentes**. 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf. Acesso em 1 fev 2019..

⁴ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica: Infográfico Anuário**. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/AhCSm9>. Acesso em 1 fev 2019..

⁵ INTERNATIONAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CHILD ABUSE AND NEGLECT. **The Influence of Geographical and Economic Factors in Estimates of Childhood Abuse and Neglect Using the Childhood Trauma Questionnaire: A Worldwide Meta-Regression Analysis**. 2016. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213415004433>. Acesso em 1 fev 2019..

⁶ ENDING VIOLENCE IN CHILDHOOD. **Global Report 2017**. Disponível em <http://globalreport.knowviolenceinchildhood.org/global-report-2017/>. Acesso em 1 fev 2019..

crianças e 19,8% adolescentes⁷; 36% das mulheres brasileiras de 20 a 24 anos se casaram antes de atingir a maioridade, colocando o Brasil em primeiro lugar na América Latina e em quarto lugar no mundo entre os países com maior número de casamentos precoces⁸; mais de 1,8 milhões de crianças estão em situação de trabalho infantil⁹; em várias serviços ofertados pelo próprio Estado, há a presença de diversas violências institucionais, como nas instituições do socioeducativo¹⁰; com relação à educação, tem-se apenas 34,1% de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos matriculadas em creches e 66,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos frequentam o ensino médio¹¹; nos meios e tecnologias de comunicação e informação a existência de crimes virtuais, pornografia infantil (18 mil páginas em 2016)¹², jornais policiais e presença da publicidade infantil.

Constata-se que as crianças ainda são tratadas como cidadãs de segunda classe pelo mundo adulto e seu adultocentrismo na relação com elas, como objeto de exploração e abuso por diversas pessoas, inclusive familiares, algo que o sociólogo argentino Eduardo Bustelo considerou como uma das dinâmicas pessoais e sociais mais desiguais ainda persistentes e naturalizadas nas sociedades contemporâneas, sendo, inclusive, mais forte que as desigualdades e inequidades

⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica: estupro no Brasil – uma radiografia segundo os dados da saúde**. 2014. Disponível em http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf. Acesso em 1 fev 2019..

⁸ IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em censo2010.ibge.gov.br. Acesso em 05 out 2017; PROMUNDO. Casamento na infância e adolescência no Brasil. 2015. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil/>. Acesso em 1 fev 2019..

⁹ IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18390&t=sobre>. Acesso em 1 fev 2019.

¹⁰ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes: Relatório da resolução nº 67/2011**. 2013. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF. Acesso em 1 fev 2019.; MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Relatório Anual Sinase 2014. 2017. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>. Acesso em 1 fev 2019.

¹¹ MEC. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Nota técnica: Meta 1.2015. Disponível em: <https://goo.gl/SyHJPG>. Acesso em 1 fev 2019.

¹² CBN BRASIL. **Crianças e adolescentes são alvo de 42% dos crimes virtuais**. 07 fev 2017. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/tecnologia/2017/02/07/CRANCAS-E-ADOLESCENTES-SAOALVO-DE-42-DOS-CRIMES-VIRTUAIS.htm>. Acesso em 1 fev 2019.

de classe, gênero e étnico-raciais,¹³ até porque todas elas ainda estão presentes de forma interseccional nos diferentes grupos sociais de crianças brasileiras negras, indígenas, filhas de trabalhadores ou de comunidades e povos tradicionais.

A naturalização desse tratamento pode ser observada, também, em pequenas ações e expressões sociais cotidianas, como a linguagem utilizada para atribuir sentido pejorativo a ações de adultos: “Pare de brincadeira!”, “Chega de criancice!”, “Você é infantil!”, “Parece coisa de criança!”, “Não seja uma criança!”.

Ser criança, ao menos no uso corrente da língua e de expressões cotidianas, não é algo visto como positivo. Como alerta Janusz Korczak, “todos nós crescemos convencidos de que o grande vale mais do que o pequeno”, pois “para conquistar respeito e admiração é preciso ser grande, ocupar muito espaço. O que é pequeno é banal e desinteressante. Gente pequena, necessidades pequenas, pequenas alegrias e tristezas”.¹⁴

Essa visão adultocêntrica, além de organizar a vida, as instituições, as comunidades e as próprias cidades, também permeia o Direito e seus diversos ramos, inclusive o Direito do Estado, público e constitucional. Mesmo que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenham inaugurado uma nova era para as crianças brasileiras – especialmente com o advento do Artigo 227 e sua doutrina de proteção especial e integral –, as crianças ainda não são levadas a sério na interpretação, aplicação e eficácia destas normas jurídicas.

Não são levadas a sério na titularidade integral e evocação de seus direitos fundamentais, sob argumentos de incapacidade, heteronomia e inconsciência. Não são levadas a sério em seus direitos fundamentais de defesa, proteção, direitos sociais, igualdade e solidariedade, tanto em face do Estado, como nas desiguais, violentas e objetificantes relações entre particulares, dentro da própria família ou com outros agentes sociais. Não são levadas a sério no seu direito de participação

¹³ BUSTELO, Eduardo S. **El recreo de la infancia. Argumentos para otros comienzos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

¹⁴ KORCZAK, Janusz; DALLARI, Dalmo. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986, p. 69.

e consideração em processos decisórios no Sistema de Justiça em casos que lhes dizem respeito. Não são levadas a sério até mesmo quando o texto normativo com maior hierarquia no ordenamento jurídico, a Constituição Federal, utiliza-se de uma das expressões linguísticas mais fortes para assegurar seus direitos e melhor interesse: absoluta prioridade.

Tais fenômenos trazem consequências diretas para vida das mais de 60 milhões de crianças brasileiras, que são impactadas diariamente pela desconsideração de sua agência como cidadãs, de seus direitos fundamentais já consagrados e dessa fase do desenvolvimento humano que é um fim em si mesmo, com potências e expressões próprias e grandes contribuições para as realidades e dimensões humanas.

A criança não é um porvir, uma promessa vindoura de futuro de alguém que somente terá valor quando chegar à fase adulta. A criança é um ser do presente, atrelada aos segundos e minutos dos dias, é a expressão mais perene de uma civilização, de uma cultura, de toda a história humana condensada. É a continuação e possibilidade de novos começos, recomeços diários em potência incomensurável de criação e realização. Como escreveu Dalmo Dallari, “toda criança é um testemunho da eternidade”¹⁵.

Ainda que se considere pragmaticamente a dimensão da infância como oportunidade da construção de novas e melhoradas sociedades no futuro, isso somente acontecerá se as crianças puderem, no atual presente, experienciar suas infâncias com afeto, confiança, liberdade, segurança e tempo. Um tempo que parece cada vez mais fugidio com as novas e massivas tecnologias ou velhas práticas de violência e exploração dos corpos, mentes e força de trabalho infantis, que roubam o fundamental tempo de infância, borrando as importantes dimensões de separação do mundo adulto, barreiras moral e normativamente construídas pelo entendimento de que crianças não são miniadultos.

Levar a sério crianças e seus direitos não é equipará-las artificialmente a adultos. É reconhecer, por meio das funções de direitos fundamentais de igualdade e solidariedade, que elas também são cidadãs, mas em um estágio

¹⁵ KORCZAK, Janusz; DALLARI, Dalmo, op. cit., 1986, p. 21.

peculiar de desenvolvimento progressivo de suas capacidades e que, por isso, merecem a garantia de seus direitos e melhor interesse com absoluta prioridade por todos os agentes estatais, sociais ou familiares. É escutar de forma sensível e atenta os diferentes saberes e olhares infantis sobre a vida e o mundo. É reconstruir ruas, cidades, comunidades, instituições e o próprio Sistema de Justiça para serem mais acessíveis, sensíveis e amigáveis a elas. É permitir, enfim, que elas sejam – apenas, na expressão do mais forte alumbramento humano – crianças.

Conforme disse o médico e educador Janusz Korczak – que foi até as últimas consequências para a defesa do direito de todas as crianças à dignidade e ao respeito –, nós adultos não devemos nos abaixar até a criança, mas elevar-nos a ela e ao seu modo de ver e compreender as coisas.¹⁶

Tese

A presente pesquisa baseia-se na percepção de que a falta de um entendimento compartilhado e sistematizado sobre o *status* da criança e seus direitos fundamentais no direito público brasileiro, permite que elementos centrais para sua eficácia sejam ignorados ou desconhecidos na atividade jurisprudencial e na prática cotidiana dos profissionais do Sistema de Justiça.

Qual o real alcance e significado dos dispositivos de direitos fundamentais contidos no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988? O que é a absoluta prioridade garantida à criança? Qual o dever do Estado, em especial no Sistema de Justiça, em face deste direito? O que é e como pode ser aferido em um caso concreto o melhor interesse da criança?

O objetivo desse estudo é analisar o *status* da criança no direito público, em especial sua titularidade de direitos fundamentais e, de forma específica e detalhada, o direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse, analisando sua estrutura e consequências nas atividades do Estado, em especial a atividade decisória no âmbito do Sistema de Justiça, para a qual foi

¹⁶ KORCZAK, Janusz. **Como amar uma criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

desenvolvido ao final um modelo interpretativo-analítico para uma justificação mais racional das decisões judiciais, utilizando um exemplo de suspensão ou destituição do poder familiar, por meio de uma comunidade plural de intérpretes.

A tese central do presente trabalho defende que o Artigo 227 da CF garante à criança a titularidade do direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse, que se traduz, segundo a teoria dos princípios e do modelo do duplo aspecto de direitos fundamentais, como regra e princípio com alto peso abstrato. Tal direito gera deveres tanto nas relações entre particulares, como em todas as dimensões e instituições do Estado, que em suas decisões no âmbito do Sistema de Justiça tem o dever de garantir que o melhor interesse da criança e seus direitos tenham precedência sobre outros, como razão de segunda ordem.

Ainda, para aferição do melhor interesse da criança em casos concretos, é proposto um modelo interpretativo-analítico para uma maior racionalidade da justificativa decisória, por meio da subsunção das regras já definidas na rede de normas ou, diante da indefinição ou não concordância com as regras, do sopesamento no próprio universo normativo da criança, considerando apenas seus direitos colidentes e seus interesses, mas por meio de um processo de definição dos pesos abstratos compartilhado, solidariamente, por uma comunidade plural de intérpretes, formada, inclusive, pelas crianças e suas famílias.

Notas metodológicas

A presente tese encontra-se, como abordagem metodológica, localizada no âmbito dos estudos do Direito do Estado, por meio dos paradigmas do Direito Público, da Teoria Geral do Estado e do Direito Constitucional, segundo os quais as relações entre particulares e o Estado, suas atividades, funções e organizações são reguladas por um conjunto de normas jurídicas de natureza pública, em especial, a Constituição.¹⁷

Nesse sentido, Dalmo de Abreu Dallari ensina, rememorando Edgar Bodenheimer, a necessidade de no estudo das relações presentes na Teoria Geral

¹⁷ SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. São Paulo: Malheiros, 2006.

do Estado ser observado três pontos: o conhecimento das instituições, para que haja uma consciência de como a sociedade está organizada; a forma e os métodos pelos quais os problemas sociais são conhecidos e suas soluções elaboradas, para que não haja distorções na aplicação de sistemas importados para a realidade sociopolítico-cultural presente; e o entendimento de que tal estudo não está restrito ao âmbito jurídico, uma vez que aborda outras diferentes variáveis e aspectos que irão influir na realidade e elaboração do direito.¹⁸

Ainda, considera Dallari que a Teoria Geral do Estado é uma “disciplina síntese, que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos, psicológicos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o, ao mesmo tempo, como um fato social e uma ordem, que procura atingir os seus fins com eficácia e com justiça”.¹⁹

Em um Estado democrático de direito constitucional, as relações entre Estado e cidadãos, ou até mesmo entre particulares, são regidas em primeira – como base legal fundante – e última instância – como palavra final da resolução de conflitos – pela Constituição.

Assim, estudos autais no âmbito do Direito Público não podem se furtar em analisar aspectos constitucionais, tanto em função da organização do próprio Estado contemporâneo – um Estado que se pressupõe Democrático e Constitucional de Direito –, como pelo fato das dimensões constitucionais serem irradiadas para todos os outros ramos do direito, por meio do processo conhecido de constitucionalização do Direito.²⁰

Nesse sentido, o presente trabalho busca na dogmática jurídica constitucional, especialmente com base na teoria dos princípios desenvolvida por Robert Alexy, os elementos para a análise do Artigo 227 da Constituição Federal, em três dimensões: analítica, pela análise de conceitos e a relação entre eles; empírica, pela análise do direito vigente na visão de quem o aplica; e normativa,

¹⁸ DALLARI, Dalmo. **Elementos de Teoria Geral do Estado**, ed. 19, São Paulo:Saraiva, 1995, p.1.

¹⁹ Ibid., p. 2.

²⁰ Cf. SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2014

que pretende prescrever soluções. Como será visto, busca-se atender esses três níveis por meio da análise dos conceitos do Artigo 227 da Constituição Federal, da sua aplicação feita pelos tribunais e, por fim, do desenvolvimento de um modelo para análise estrutural de casos concretos que ofereça subsídios para a atividade jurisdicional relativa à criança, seus direitos fundamentais e melhor interesse.²¹

Ainda, Miguel Reale argumenta que o estudo das relações presentes no Direito Público, em especial na Teoria Geral do Estado, deve ser norteado por uma perspectiva do culturalismo realista, no qual o Estado deve ser observado em suas três ordens indissociáveis: a filosófica, a sociológica e a jurídica. Por sua solução culturalista tridimensional, Reale entende que todo fato jurídico abrange uma integração de elementos sociais “em uma ordem normativa de valores, uma subordinação da atividade humana aos fins éticos da convivência”.²² Conclui o autor que o método na pesquisa da Teoria do Estado deve envolver perguntas que pressupõem dados de caráter axiológico, sociológico e normativo, o que exige métodos aderente à realidade social e histórica.²³

Já Paulo Bonavides ressalta a importância do desenvolvimento da Ciência Política para o entendimento de relações do Estado, posto que tem por objeto o estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias políticas. Dessa forma, ressalta a intersecção da Ciência Política com outras ciências, como a Economia, a Psicologia e especialmente a História, por entender que seu método possibilita a análise da acumulação crítica de fatos e experiências vividas, especialmente no campo da história das ideias políticas e das instituições sociais.²⁴

Dessa forma, procura-se também analisar as seguintes dimensões relacionadas às crianças e seus direitos:

(i) A dimensão histórica do desenvolvimento dos direitos da criança no Brasil, inclusive no Período Pré-Colonial, por meio da avaliação de um direito

²¹ SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 25-26.

²² REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**, 5a ed., São Paulo: Saraiva, 2000, p. 28.

²³ Ibid., p. 37.

²⁴ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10 ed. [S.I.] Malheiros, s.d.

consuetudinário dos povos tradicionais indígenas em relação às crianças, em um esforço de descolonização do conhecimento jurídico. Ainda, busca-se o destaque do entendimento de como, em determinados tempos históricos, diferentes grupos sociais e étnico-raciais de crianças – como as indígenas, brancas, negras – foram tratados pelas legislações então vigentes.

(ii) A dimensão da eficácia social se relaciona com os resultados reais advindos do sistema de proteção à criança normativamente estruturado no âmbito do Sistema de Justiça. Para tanto, serão analisadas as dinâmicas do processo decisório em casos de suspensão ou destituição do poder familiar, com a proposição de um modelo interpretativo-analítico constelar para esses casos.

(iii) A dimensão político-filosófica, na qual serão verificadas as ideias políticas e filosóficas por detrás da complexa relação entre a criança, o Estado e suas famílias, especialmente na construção de políticas públicas de proteção e promoção de direitos, como a política de acolhimento para crianças sem cuidado parental.

Importante registrar que o presente trabalho adota metodologicamente o paradigma da Complexidade proposto por Edgar Morin, segundo o qual os atores e saberes envolvidos não devem ser avaliados de forma simplificada, fragmentada ou especializada. Como destaca o autor, a Complexidade, ou *Complexus*, significa:

“O que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, os todos e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.”²⁵

²⁵ MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, 2000, p. 38.

Na tentativa de estabelecer maiores parâmetros para sua Teoria da Complexidade, Morin define alguns princípios e diretrizes²⁶, entre eles: o princípio dialógico, segundo o qual o complexo é produzido pelo movimento e jogo dialógico dos elementos, os quais, mesmo que antagônicos, são complementares por esse princípio; o princípio de recursão organizacional ou da realidade recíproca, pelo qual a lógica linear de causa e efeito é rompida pelo entendimento de que tudo o que é produzido volta sobre o que o produziu, em um constante ciclo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor; o princípio hologramático que contesta a possibilidade de se conhecer o todo pela parte, uma vez que considera a parte e o todo realidades únicas; o princípio do circuito retroativo, por meio do qual existe uma dinâmica de *feedback* mútuo entre os sistemas; e o princípio da autonomia/dependência, pelo qual os sistemas, mesmo com dinâmicas singulares e próprias, são interdependentes entre si e com o entorno.

Com os apontamentos da Teoria da Complexidade busca-se uma abordagem não redutora ou simplista da relação entre a criança, suas famílias, agentes sociais e o Estado, por meio da qual eles são avaliados na sua interdependência e complementaridade, em um jogo dialógico entre o todo e a parte, entre saberes específicos e singulares e ideias universais ou principais.

Convém ainda enfatizar que este trabalho é elaborado pela busca de interdisciplinariedade com outras ciências, como, por exemplo, a neurociência, Psicologia, Pedagogia e Filosofia, com a finalidade de articular o entendimento da criança e seu especial e peculiar desenvolvimento progressivo de suas capacidades no âmbito da família e sua comunidade.

No que toca especificamente aos métodos de trabalho pelos quais a investigação se desenvolverá, pretende-se buscar, com o auxílio do método dialético, respostas pelo estudo das posições doutrinárias já manifestadas acerca dos questionamentos postos, bem como das críticas que lhes foram exercidas.

²⁶ LIMA, Paulo Gomes. **Tendências Paradigmáticas na Pesquisa Educacional**, Artur Nogueira. São Paulo: Amil, 2003.

Por fim, procura-se cumprir os objetivos da investigação pela coleta de jurisprudência nacional e estrangeira sobre o tema, especialmente do direito público alemão e do direito internacional público.

Por fim, por uma escolha metodológica e política, escolheu-se, apesar da divisão feita pelo ECA entre crianças (aquelas até 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (aqueles entre 12 e 18 anos de idade incompletos), chamar a todos os indivíduos até 18 anos de idade incompletos como “crianças”, como forma de se ressaltar o fato de que todos eles possuem o direito à mesma proteção, apesar de suas diferenças no desenvolvimento e das distinções legais feitas para garantir proteções específicas, como no atendimento socioeducativo. Entender todos eles como crianças, permite o retorno à vontade original expressa tanto pelo Artigo 227, como pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de que, independente de qualquer divisão ou subclassificação são todos sujeitos de direitos a uma proteção especial e integral de seus direitos fundamentais e melhor interesse com absoluta prioridade.

Desenvolvimento do trabalho

O presente trabalho é estruturado em cinco capítulos. Após a presente introdução, o capítulo 1 apresenta uma historiografia dos direitos da criança no direito do Brasil pré-colonial, das relações normativas consuetudinárias de tribos indígenas originárias, passando pelas crianças negras escravizadas do Brasil colonial, do funcionamento de Juízo de Menores republicano, das crianças institucionalizadas consideradas “delinquentes ou abandonadas”, dos porões da ditadura civil-militar e suas sequelas em crianças, até o processo da Constituinte que originou o Artigo 227, a pedra fundamental do novo direito da criança brasileiro.

O capítulo 2 analisa a criança como sujeito de direitos e titular de direitos fundamentais, analisando as categorias com relação às discussões sobre a capacidade da criança para exercer, evocar e reivindicar seus direitos, inclusive de forma autônoma. Ainda, é feita uma classificação das disposições de direitos

fundamentais contidas no Artigo 227, diferenciando-os nas suas funções de defesa, prestação ou ação estatal positiva, igualde e, ainda, solidariedade, por meio da proposta de uma nova função de direitos fundamentais, orientada pelo compartilhamento de um objetivo comum entre Estado, suas instituições e os cidadãos, o que, no caso da criança, se traduz pelo dever compartilhado expresso no Artigo 227.

O capítulo 3 se detém exclusivamente ao direito fundamental da criança à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse, analisando de forma específica o desenvolvimento histórico e conteúdo de cada instituto jurídico envolvido nesta disposição de direito fundamental, inclusive pela análise da jurisprudência dos tribunais superiores, tanto do STF como do STJ. Por fim, é feita a análise estrutural e de funções desse direito fundamental, o qual apresenta-se como direito fundamental completo e razão de segunda ordem.

O capítulo 4 busca, sob à luz da teoria dos princípios aplicada a direitos fundamentais, de Robert Alexy, a interpretação constitucional e análise estrutural da qualificação como absoluta da prioridade dos direitos fundamentais e do melhor interesse da criança. Detalhando os diferentes posicionamentos no âmbito da teoria dos princípios, é feita a escolha por aquele defendido pelo próprio Alexy, que prevê o duplo aspecto de direitos fundamentais. Assim, é explorado um modelo de aplicação de um direito fundamental considerado expressamente como absoluto, base esta que é utilizada, ao final, no capítulo 5.

Por fim, o capítulo 5 desenvolve o problema da aferição do melhor interesse da criança em casos de incerteza e alta discricionariedade decisória. Por meio do caso da suspensão ou destituição do poder familiar – o qual apresenta uma série de incertezas e subjetividades na aplicação dos institutos jurídicos já previstos na legislação, como o conceito de negligência, abandono e cuidado parental –, busca-se um modelo para garantir maior racionalidade nas decisões sobre o melhor interesse, por meio do sopesamento entre direitos da própria criança compartilhado por uma comunidade plural de intérpretes em busca de maior consenso possível, em que a proteção da criança e seu melhor interesse sejam vistos como um bem comum com absoluta prioridade.

CONCLUSÃO

O Artigo 227 da Constituição, conforme já muitas vezes apontado ao longo da presente tese, é uma verdadeira revolução no âmbito do Direito público constitucional e na irradiação de seus conteúdos em outros ramos do direito. Como ápice de um importante desenvolvimento histórico do reconhecimento de todas as crianças como sujeitos de direitos e titulares de direitos fundamentais – todas sem qualquer distinção, inclusive as indígenas, as negras, as outrora consideradas “delinquentes” ou “abandonadas” –, é a pedra fundamental de uma nova era jurídica para as crianças brasileiras e, também, para todos nós como sociedade.

Seus dispositivos garantem à criança um *status* único e especial no sistema constitucional e nas múltiplas relações existentes entre crianças, suas famílias, suas comunidades e o Estado, especialmente no que tange à titularidade de direitos fundamentais, os quais são por elas realizados, fruídos e expressados de maneira diversa da visão e padrão adultocêntrico predominante nos debates constitucionais. Crianças exercem, por exemplo, sua liberdade de expressão pelo balbúcio ou choro quando bebês; praticam a liberdade de ir e vir e permanecer ao engatinhar ou testar seus passos, ainda que errantes, de um cômodo ao outro da casa; podem experienciar o direito de associação pela vivência comunitária nas praças e escolas; são, assim, absolutamente capazes e potentes, cada uma a seu jeito, como toda e qualquer pessoa, inclusive adultos, as quais possuem o dever de considerar suas queixas e opiniões, encarando-as com seriedade.

Igualmente, deve-se levar a sério o fato de que crianças são titulares do direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse, cuja estrutura apresenta-se como um direito fundamental completo, expresso em todas as clássicas funções de direitos fundamentais: defesa, prestação ou ação positiva estatal e igualdade.

Ainda, o Artigo 227 permite o entendimento de uma nova função para os direitos fundamentais: a solidariedade. Ao prever expressamente o dever compartilhado da garantia da absoluta prioridade não só pelo Estado como também

por agentes particulares das famílias e sociedade – inclusive com efeitos diretos e indiretos nas relações entre particulares –, possibilita um novo campo conceitual, inclusive como resposta a questões contemporâneas ligadas a direitos considerados de terceira geração.

O direito autônomo à solidariedade compreende um feixe de posições complexo e multifacetado em face do Estado, que pode ser caracterizado como um direito para que o Estado estimule, por meio de medidas efetivas, a unidade e harmonia entre indivíduos e coletividades, poderes dos Estados e organizações sociais, por uma união de interesses, propósitos e ações, e o reconhecimento de diferentes necessidades e direitos para alcançar objetivos comuns, com especial foco nos grupos e indivíduos considerados mais vulneráveis a violências em uma sociedade. No caso da criança, o objetivo ou bem comum partilhado, solidariamente, por todos é o dever constitucional de assegurar os direitos fundamentais e melhor interesse de todas as crianças brasileiras com absoluta prioridade.

Ao considerar esse dever expressamente como absoluto, o constituinte – acolhendo e validando uma demanda verdadeiramente social durante a Constituinte e ainda apoiada nos dias de hoje pela poluição brasileira – concluiu que a criança, seus direitos e interesses devem ser colocados em primeiro lugar em todas as decisões e preocupações do Estado, da sociedade e das famílias. À luz da teoria dos princípios de Robert Alexy, esse direito fundamental é acolhido pelo entendimento da natureza de duplo aspecto dos direitos fundamentais, os quais podem se expressar como regra definitiva e, ao mesmo tempo, princípio com grande peso abstrato, espeitando, assim, a vontade de uma comunidade social e política.

Assim, tal direito gera deveres em todas as dimensões e instituições do Estado, o qual deve, inclusive em seus processos no âmbito do Sistema de Justiça, garantir que o melhor interesse da criança e a precedência de seus direitos estejam em primeiro lugar, como razão de segunda ordem.

Nesse sentido, como forma de ser aferido o melhor interesse em casos concretos – como, por exemplo, nos casos de suspensão ou destituição do poder familiar –, é proposto um modelo interpretativo-analítico que garanta uma maior

racionalidade justificativa das decisões. Busca-se, inicialmente, a subsunção das regras extraídas da rede de normas, mas caso a incerteza e indefinição de sua aplicação persista, a regra da proporcionalidade e o sopesamento podem ser acionados como ferramentas analíticas muito eficientes.

Todavia, em casos que envolvam crianças, diferentemente do modelo clássico de colisão proposto pela teoria dos princípios, o sopesamento é realizado, por força da norma da absoluta prioridade, no próprio universo normativo da criança, considerando abstratamente apenas seus direitos e interesses.

Ainda, o Estado e seus agentes possuem o dever de desenvolver um Sistema de Justiça acessível, sensível e amigável às crianças e suas famílias, o que demanda um processo outro de deliberação, pelo qual a lógica adversarial possa ser superada, como, por exemplo, pelo uso de RADs.

Por fim, sugere-se que por meio de um processo compartilhado de definição dos pesos abstratos no sopesamento por uma comunidade plural de intérpretes – utilizando-se, por exemplo, o espaço das audiências concentradas –, o melhor interesse da criança pode ser melhor equacionado, em um esforço solidário direcionado ao consenso e à gestão coletiva de um bem comum maior: o cuidado efetivo da criança e eficácia e maximização de todos os seus direitos fundamentais.

Portanto, são extraídas da presente tese conclusões que podem ser resumidas da seguinte forma:

- (i) A criança é titular integral de direitos fundamentais, ainda que em um estágio peculiar de desenvolvimento progressivo de suas capacidades e de sua autonomia, experienciando e usufruindo de seus direitos de forma própria, devendo poder evocá-los, inclusive, por demandas processuais acessíveis, as quais devem ser sempre consideradas seriamente pelo Estado.
- (ii) O Artigo 227 da CF e também o art. 3º, 1 da CDC/ONU estabelecem uma eficácia ou efeitos tanto indiretos como diretos dos direitos fundamentais de crianças em relações horizontais entre particulares, vinculando familiares ou outros agentes sociais, pessoas físicas ou

jurídicas, inclusive empresas.

- (iii) O Artigo 227 assegura à criança o direito fundamental à solidariedade, o qual pode ser visto como uma função autônoma de direito fundamental, que se expressa, especificamente no caso da criança, pelo dever compartilhado entre Estado, famílias e sociedade de assegurar às crianças com absoluta prioridade seus direitos e melhor interesse.
- (iv) O Artigo 227 garante à criança o direito fundamental à absoluta prioridade de seus direitos e melhor interesse em face do Estado, o qual possui, portanto, o dever de efetivá-lo em todas as suas ações e decisões, inclusive no âmbito do Sistema de Justiça.
- (v) O direito fundamental da criança à prioridade de seus direitos e melhor interesse pode ser considerado como absoluto, mesmo à luz da teoria dos princípios, pelo entendimento do duplo aspecto desse direito fundamental, expresso como regra, com aplicação definitiva, ou como princípio, mas com alto peso abstrato, que, na prática, garante sua precedência sobre outros direitos em possíveis colisões de direitos fundamentais.
- (vi) O melhor interesse da criança no caso concreto pode ser definido pela subsunção de regras já previstas na rede de normas ou pela aplicação da proporcionalidade, que tem como *ultima ratio* o sopesamento, o qual – em função do direito à absoluta prioridade da criança – deve ser feito no universo normativo de direitos fundamentais em colisão abstrata da própria criança.
- (vii) O processo de aferição do melhor interesse da criança, inclusive na aplicação da proporcionalidade e sopesamento, especialmente na definição dos pesos abstratos, deve ser realizado por meio de uma comunidade plural de intérpretes, inclusive pelas próprias crianças, por meio de procedimentos acessíveis, sensíveis e amigáveis a elas e suas famílias, geridos na busca de decisões, na medida do possível, consensuais para preservação do bem comum que é a proteção e o cuidado da criança e seus direitos. Sugere-se, nesse sentido, o uso mais

constante e intenso dos espaços das audiências concentradas e dos instrumentos do *amicus curiae* e audiências públicas para permitir a criação desta comunidade plural.

Levar os direitos fundamentais de todas as crianças a sério é, portanto, dar eficácia ao Artigo 227 da Constituição da forma mais ampla e abrangente possível, em todas as suas dimensões e em todas as decisões e preocupações das famílias e seus membros, da sociedade, seus agentes e instituições, e do Estado e todos os seus Poderes, inclusive no âmbito do Sistema de Justiça.

O Artigo 227 é um projeto de sociedade e de país que precisa ser, igualmente, levado a sério; um projeto em que também os filhos dos outros e os filhos de ninguém sejam nossa responsabilidade moral e constitucional. É um farol guia, especialmente em momentos intranquilos e apreensivos, como as atuais águas turbulentas dos mares brasileiros, quando narrativas e sistemas normativos clássicos e universais, como os próprios direitos humanos, são desafiados por sentimentos de medo, insegurança e incerteza pela liquefação do que antes era compreendido como certo ou inequívoco.

É um fogo com a capacidade de unir antigos opositores em um mesmo espaço, em uma mesma família, tal qual Héstia, a deusa de uma nova justiça, pela qual a resolução justa dos naturais conflitos humanos possa ser algo além de fatos, valores ou normas, mas também um espaço de encontro, um lugar de diálogo e decisões comuns, aquecidas pela sensibilidade fina e solidária para com todas as famílias e suas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. Quilombo em festa : pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social. Tese de doutoramento em Sociologia (Pós-Colonialismos e Cidadania Global), apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob a orientação de Boaventura de Sousa Santos e António Sousa Ribeiro. Coimbra, 2012

ALEXANDRINO, José de Melo. Os Direitos das crianças – linhas para uma construção unitária. Revista da Ordem dos Advogados, Ano 68, v. I, Doutrina, item: 7.2, 2008. Disponível em: <<https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2008/ano-68-voli/doutrina/jose-de-melo-alexandrino-os-direitos-das-criancas/>>.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, Tradução de Virgílio Afonso da Silva (5a ed. alemã ALEXY, Robert. Theorie der Grundrechte. Suhrkamp Verlag, 1986), São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. Constitutional Rights and Proportionality, Revus [Online], 22, 2014.

_____. Formal principles: Some replies to critics. I•CON, v. 12 No. 3, 511–524, Oxford University Press and New York University School of Law, 2014.

_____. A Theory of Legal Argumentation: The Theory of Rational Discourse as Theory of Legal Justification, Oxford: Oxford Uni Press, 2009.

_____. La fórmula del peso, p. 14. In: CARBONELL, Miguel (Org.). El principio de proporcionalidad y la interpretación constitucional. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2008.

_____. Thirteen replies. In: Law, Rights and Discourse – the legal philosophy of Robert Alexy. George Pavlakos ed., 2007.

_____. Law, Rights and Discourse – the legal philosophy of Robert Alexy. Oxford: George Pavlakos Ed., 2007.

_____. Die Gewichtsformel. In: JICKELI, Joachim et al. (Eds.). Gedächtnisschrift für Jürgen Sonnenschein. Berlín: De Gruyter, 2003.

_____. On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison. Ratio Juris, Vol. 16 No. 4 December, 2003.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. Conflitos interpessoais, constituição do sujeito de direito e promoção dos direitos humanos [texto disponibilizado durante a

disciplina de pós-graduação Direitos Humanos Fundamentais] São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 1º sem. 2014.

ALSTON, Phili. A third generation of solidarity rights: progressive development or obfuscation of international Human Rights Law? *Netherlands International Law Review*, v. 29, Issue 3, p. 307, dez. 1982.

_____. The best interests principle: towards a reconciliation of culture and human rights. *International Journal of Law and the Family* 8, 1-25, p 5-9, 1994.

ALVAREZ, Gabriel. O Ritual da tocandira entre os sateré-mawé: aspectos simbólicos do waumat. *Série antropologia*, 369, p. 5-9. Disponível em: <<http://dan.unb.br/images/doc/Serie369empdf.pdf>>.

ANCHIETA, José de. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. São Paulo: Edusp, 1988.

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. Destituição do poder familiar. Curitiba: Juruá, 2009.

ANTIPOFF, Helena. A Fazenda do Rosário: sua experiência, sua filosofia. *Boletim Claparède. Ibirité*, v. 4, p. 12-16, ago. 1980.

_____. Assistência aos Menores Desamparados Trabalhadores de Rua. In: CDPH (Org.) *Coletâneas de Obras Escritas de Helena Antipoff – Fundamentos da Educação*, v. 2, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1943.

_____. Ideais e Interesses das Crianças Brasileiras. In: CDPH (Org.) *Coletâneas de Obras Escritas de Helena Antipoff – Fundamentos da Educação*. v. 2, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1992.

_____. Os direitos da criança. *Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 37, p. 27-29, jun. 1972.

ANTÔNIO, Severino; TAVARES, Kátia. Uma pedagogia poética para as crianças. Americana: Adonis, 2013.

APPELL, Annete; BOYER, Bruce. Parental rights vs. best interests of the child: a false dichotomy in the context of adoption. *Duke Journal of gender law & policy*, v. 2:63, 1995.

ARANTES, Esther. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARIÈS, Philippe. *Centuries of Childhood*. Tradução Dora Flaksman. Harmondsworth: Penguin Books, 1960.

_____. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro. O que é liberdade?* 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 212.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (1138b6). In: Aristóteles. Tradução Leonel Vallandro e Gerd. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 44s. Bornheim (Coleção Os Pensadores).

ASIS, Simone de; FARIAS, Luís (Orgs.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013.

AUGSBERG, Ino; UNGER, Sebastian (Orgs.). *Basistexte: Grundrechtstheorie*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2012.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2008

_____. *Teoria dos princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BALL, S.J. Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna. *Journal of Education Policy*, London, v. 9, n. 2, p. 171-182. 1994b.

_____. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. *Discourse*, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993a.

BANDURA, A. Going global with social cognitive theory: From prospect to paydirt. In: *The rise of applied psychology: New frontiers and rewarding careers*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2006.

BARAN, A.; PANNOR, R. Open adoption. In: BRODZINSKY, D. M.; SCHECHTER, M. (Eds.) *The psychology of adoption*. New York: Oxford University Press, 1990.

BARRETO, Tobias. *Menores e Loucos*. Sergipe: Edição do Estado de Sergipe, 1926.
Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/146962/pdf/146962.pdf>>

BARROS, Ana Filipa Loura. Representação legal de menores: conflito de interesses entre representante legal e menor representado. Dissertação de mestrado orientada pela Doutora Sandra Passinhas e apresentada à Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30066/1/Representacao%20legal%20de%20menores.pdf>>.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 7. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BARROZO, Paulo D. Por um lar no mundo: fundamentos jusfilosóficos do instituto da adoção como direito humano. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 262, p. 45-93, jan. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8900>>.

_____. The Real Problem of Intercountry Adoption. Adoption Advocate, n. 125, National Council for Adoption, Nov, 2018. Disponível em: <<https://cap.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2018/11/Barrozo-Adoption-Advocate-Nov.-2018.pdf>>

_____. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BARTLETT, Sheridan. Cities for Children – Children's Right, Poverty and Urban Management, London: UNICEF-Earthscan, 1999.

BARTHOLET, Elizabeth. Nobody's Children. Abuse and Neglect, Foster Drift, and the Adoption Alternative. Boston: Beacon Press, 1999.

BELSKY et. al. Differential susceptibility to the environment: An evolutionary–neurodevelopmental theory. Development and Psychopathology, 23 p. 7–28, Cambridge University Press, 2011.

BETTELHEIM, B. Psychoanalysis and education. The School Review, p. 73-86, 1969.

BIRNBAUM, Rachel. The Voice of the Child in Separation/Divorce Mediation and Other Alternative Dispute Resolution Processes: A Literature Review, Family, Children and Youth Section, Department of Justice Canada, p. 61. Disponível em: <<https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/divorce/vcsdm-pvem/pdf/vcsdm-pvem.pdf>>.

BITTAR, Orlando. Federalismo Solidário e Desenvolvimento. Revista de Direito Administrativo, v. 115, Rio de Janeiro, 1974.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. Grundrechte als Grundsatznormen: Zur gegenwärtigen Lage der Grundrechtsdogmatik, *Der Staat* 29, no. 1, 1-31pp. , 1990.

_____. Die Methoden der Verfassungsinterpretation: Bestandsaufnahme und Kritik. München: Neue juristische Wochenschrift, 1976.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. Ciência Política. 10 ed. [S.I.] Malheiros, 2000.

BORGETTO, Michel. “Principe de fraternité”: comment traduire la décision du Conseil constitutionnel. 10 jun. 2018. Disponível em: <<http://blog.leclubdesjuristes.com/principe-de-fraternite-comment-traduire-la-decision-du-conseil-constitutionnel/>>).

BOROWSKI, Martin. Grundrechte als Prinzipien. 2. Auflage. Baden-Baden: Nomos, 2007.

_____. Limiting Clauses: On the Continental European Tradition of Special Limiting Clauses and the General Limiting Clause of Art 52 (2) Charter of Fundamental Rights of the European Union, *Legisprudence* 1, 2007.

BRAGA-PINTO, César. The Honor of the Abolitionist and the Shamefulness of Slavery: Raul Pompeia, Luís Gama and Joaquim Nabuco. *Luso-Brazilian Review*. 51(2), dez. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Legislação. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da CNV. Capítulo 16, Parte III. Volume I. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto número 12 de 1925. Justificação. Anais do Senado Federal. Sessão de 7 de julho de 1925, v. III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BREEN, Claire. The standard of the best interests of the Child – a western tradition in international and comparative law. The Hague: Kluwer Law International, 2002.

BREMNER, R.H. Children and youth in America: a documentary history, 1600-1865. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

BRÍGIDO, Carolina. STF confirma regra sobre idade mínima para matrícula em escola pública. *Jornal O Globo*, 1 ago.2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/stf-confirma-regra-sobre-idade-minima-para-matricula-em-escola-publica-22939849>>.)

BRITTO, L. As Leis de Menores no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Preservação 15 de Novembro, 1929.

BRONFENBRENNER, U. Developmental ecology through space and time: A future perspective. *Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development*, 1995.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 92, p. 5-21, nov. 2007.

BRUGNOLO, Bruno. Curitiba terá primeiro colégio militar privado em 2018. *Jornal Metro*, 31 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2017/07/31/curitiba-tera-primeiro-colegio-militar-privado-em-2018.html>>.

BUCKHOLTZ, Joshua W. From Blame to Punishment: Disrupting Prefrontal Cortex Activity Reveals Norm Enforcement Mechanisms. *Neuron*, 16 set. 2015.

BUCKHOLTZ, Joshua W.; FAIGMAN, David L. Promises, promises for neuroscience and law. *Current Biology*, v. 24, n. 18, 2014.

BUSTELO, Eduardo S. El recreo de la infancia. *Argumentos para outros comienzos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

BUTLER, Graham. Solidarity and its limits for economic integration in the European Union's internal market. *Maastricht journal of European and comparative law*, 25, 3, p. 310-331, 1994.

CABRAL, Gustavo César Machado. A Lei da Boa Razão e as fontes do direito: investigações sobre as mudanças no direito português do final do antigo regime. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2010, Fortaleza. *Anais do Conpedi*. Fortaleza: jun. 2010.

CANOTILHO. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

TRINDADE, TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção internacional*

dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

CARDOSO, Alenilton da Silva. Princípio da solidariedade: o paradigma ético do direito contemporâneo. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2010.

CASCUDO, Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.

CASIMIRO, Ana Palmira S. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: educação, lei, ordem e justiça no Brasil Colonial. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/navegando/artigos_pdf/Ana_Palmira_Casimiro1_artigo.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CHAVES, Luciano Athayde. O Poder Judiciário brasileiro na colônia e no império: (des)centralização, independência e autonomia. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 44, n. 143, p. 293, dez. 2017.

CHAMBOULEYRON, Rafael & PRIORE, Mary Del. Jesuitas e as Crianças no Brasil Quinhentista. São Paulo: Contexto 2009.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

CIDH. Capítulo VII. Recomendações aos Estados membros em áreas nas quais devem ser adotadas medidas para a cabal observância dos direitos humanos, em conformidade com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Relatório Anual, 1997.

_____. Condición jurídica y derechos humanos del niño. Opinión Consultiva OC-17/02, Serie A. n. 17, 28 ago. 2002.

_____. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Bogotá, 1948. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>.

CIESP. Annaes da comarca dos deputados: sessões de 1º a 31 de julho de 1911. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1914. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/SESS_01_JUL_1911.pdf>.

_____. Aviso n. 312 de 20 de outubro de 1859. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/AVISO%20312_20_OUT_1859.pdf>.

_____. Aviso n. 50 de 27 de novembro de 1885. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/AVISO%206_26_MAR_1892.pdf>.

_____. Decisão n. 275 de 21 de setembro de 1870. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/DECIS%20%20275_%2021_SE T_1870.pdf>.

_____. Lei n. 5.675 de 12 de julho de 1971. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/LEI%205675_12_%20JUL_1971.pdf>.

_____. Projeto n. 94 de 17 de julho de 1912. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/PROJ%20LEI%2094_17_JUL_1912.pdf>.

_____. Projeto n. 284. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/PROJ%20LEI%20284_25_OUT_1917.pdf>.

_____. Projeto n. 322 de 1912. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/PROJ%20LEI%20322_1912.pdf>.

_____. Projeto n. 1.926 de 1960. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/PROJ%20LEI%201926_1960.pdf>.

_____. Sessão de 31 de outubro de 1906. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/SESS_31_OUT_1906.pdf>.

COELHO, Tatiana. Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%. G1, Ciência e Saúde, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>>.

COHEN, Joshua; SABEL, Charles F. Sovereignty and Solidarity: EU and US In: LADEUR, Karl-Heinz. Public Governance in the Age of Globalization. Routledge, 2004.

COHEN-ELIYA, Moshe; PORAT, Iddo. American balancing and German proportionality: The historical origins. I•CON, v. 8 n. 2, 263–286. Oxford: Oxford University Press, 2010.

COLAÇO, Thaís Luzia. Incapacidade indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani pré-colonial nas missões jesuíticas. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

COMEL, Denise Como. Do Poder Familiar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. O Poder Judiciário no Brasil. Revista Estudos Institucionais, vol. 2, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias. Referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CONSTITUINTE tem lobby de criança. Correio Braziliense, Brasília, n. 8756, 1 maio 1987.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo direito da criança e do adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

_____. COSTA, Antônio Carlos Gomes. Comentário ao ECA. In: CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando (Orgs.). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. É possível mudar – a criança, o adolescente a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993.

COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COUTINHO, Ines J. S. Santos; ARAUJO, Denilson C. 80 anos do Código Mello Mattos: a vida que se fez lei. Revista da Emerj, Rio de Janeiro, v. 10, 2007.

COUTO, Jorge. A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos. 2. ed. Lisboa: Ed. Cosmos, 1997.

CREWS, D. Epigenetics and its implications for behavioral neuroendocrinology. Frontiers in Neuroendocrinology, 29(3), p. 344-357, 2008.

CUNHA, Alexandre dos santos. Poder Familiar e Capacidade de Exercício de Crianças e Adolescentes. Tese (doutorado), Faculdade de Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora Judith Hofmeister Martins-Costa, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61781/000718416.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. Investing in Our Young People [unpublished manuscript] Department of Economics, University of Chicago, s.d.

CUNNINGHAM, Hugh. The Invention of Childhood, London: BBC, 2006.

CURTIN Deane; LITKE, Robert (Orgs.). Institutional Violence. Amsterdam: Editions Rodolpi. 1999.

CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando. Comentários ao art. 1º do ECA. In: Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CURY, M.; GARRIDO, P. A.; MARÇURA. Estatuto da Criança e do Adolescente anotado. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. O direito da criança ao respeito. São Paulo: Summus, 1986.

DAVIS, Elysia Poggi; BRUCE, Jacqueline; SNYDER, Kelly; NELSON, Charles A. The X-Trials: Neural Correlates of an Inhibitory Control Task in Children and Adults. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 15 (3), p. 432-443, abr. 2003.

DE AQUINO, Tomas. *Suma teológica*, 37, 2a2ac, 57, 4.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

DIGIÁCOMO, Murillo J. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Princípio da Prioridade Absoluta à Criança e ao Adolescente. In: Site do Ministério Público do Paraná, CAO Infância e Adolescência.

DILLON, Daniel G.; PIZZAGALLI, Diego A. Inhibition of action, thought, and emotion: A selective neurobiological review. *Applied and Preventive Psychology*, 12, n. 3, p. 99-114, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1996.

DOLINOY, D. C.; JIRTLE, R. L. Environmental epigenomics in human health and disease. *Environmental and Molecular Mutagenesis*, 49(1), p. 4-8, 2008.

DOLTO, F. *Psicanálise e pediatria*. Tradução A. Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1988.

DOLTO, F.; NASIO, J-D. A criança do espelho. Tradução A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DWORKIN, Ronald. Taking Rights Seriously. Massachusetts: Harvard University Press, 1977.

EICHSTELLER, Gabriel. Janusz Korczak – His Legacy and its Relevance for Children's Rights Today. The International Journal of Children's Rights. v. 17: Issue 3, 1 jan. 2009.

ELLIS, Bruce J.; BOYCE, W. Thomas. Biological Sensitivity to Context. In: Current Directions in Psychological Science. Association for Psychological Science, 2008.

ELINDER, Mikael; ERIXSON, Oscar. Gender, Social Norms, and Survival in Maritime Disasters. Proceedings of the National Academy of Sciences USA 109(33) 13220-13224, 14 ago. 2012.

ELSTER, Jon. Solomonic Judgments: against the best interest of the child. The University of Chicago Law Review, v. 54, n. 1, p. 1-45, 1987.

ERASMUS, Desiderius. A Handbook on Good Manners for Children: De Civilitate Morum Puerilium Libellus. Tradução Eleanor Merchant. Londres: Preface, 2008.

_____. The Education of a Christian Prince. Cambridge: Cambridge UP, 1997.

ESTUDANTES denunciam à OEA repressão da polícia de SP em manifestações de 2015. Agência Brasil, São Paulo, 7 abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/estudantes-denunciam-oea-repressao-da-policia-de-sp-em-manifestacoes-de-2015>>.

FACHIN, Luiz Edson. Da paternidade: relação biológica e afetiva. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

FARIAS, José F. A origem do direito de solidariedade. RJ: Renovar, 1998.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12ed. São Paulo: USP, 2006.

FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lenio; TRINDADE, André (Orgs.). Garantismo, Hermeneutica e (neo) Constitucionalismo um debate com Luigi Ferrajoli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

FERRI, Federico. Il regolamento "Dublino III" tra crisi migratoria e "deficit" di solidarietà. Studi sull'integrazione europea, 13, 2, p. 519-532, 2018.

FILHO, Antonio Gonçalves. MASP abre exposição só para maiores de 18 anos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 18 out. 2017. Disponível em:

<<https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,masp-abre-exposicao-so-para-maiores-de-18anos,70002050224>>.

FIOS da vida. Direção e produção: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. Realização Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (Lisa-USP). 2013. (20 min) color.

FISS, Owen. Objectivity and Interpretation. Faculty Scholarship Series. Paper 1217, 1982.

FLICK, U. An introduction to qualitative research. Sage, 2009.

FOLKS, H. Care of destitute, neglect, and delinquent children. New York: Macmillan, 1902.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. Physis – Revista de Saúde Coletiva, vol. 3, n. 2, 1993.

FORMAN, Lisa. Justice and Justiciability: Advancing Solidarity and Justice through South Africans' Right to Health Jurisprudence, 27 Med. & L. 661, 2008.

FORST, R. Kritik der Rechtfertigungsverhältnisse: Perspektiven einer kritischen Theorie der Politik. Berlin: Suhrkamp, 2011.

_____. Das Recht auf Rechtfertigung. Elemente einer konstruktivistischen Theorie der Gerechtigkeit. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2007.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (Orgs.). The new social theory reader. Londres: Routledge, 2011.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange. Londres; Nova Iorque: Verso, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. Recife: UFR, 1959.

_____. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FREEMAN, Michael. Article 3 – the best interests of the child. In: ALLEN André et al. A Commentary on the United Nations Convention on the Rights of the Child. London: Martius Nijhoff, 2007.

FREUD, Anna. Normality and Pathology in Childhood. London: Routledge, 1989.

FREUD, Anna et. All. In the Best Interests of the Child: Professional Boundaries. Solnit. New York: The Free Press, 1973.

FREUD, Anna; GOLDSTEIN, Joseph; SOLNIT, Albert. No interesse da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREYA, Bruno S.; SAVAGEC, David A.; TORGLERB, Benno. Interaction of natural survival instincts and internalized social norms exploring the Titanic and Lusitania disasters. PNAS, v. 108, n. 41, 11 out., 2011.

FREYRE, Gilberto. Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade. São Paulo:Global, 2006.

FRIEDERICH, D. (2006): Die UN-Kinderrechtskonvention, Norderstedt Germany: GRIN Verlag, 2006.

FUNDAÇÃO Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. De olho no orçamento criança. 2 ed., São Paulo, 2017.

GARDNER, Howard. Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences. Cambridge: Basic Books, 1983.

_____. Multiple Intelligences After Twenty Years. Paper presented at the American Educational Research Association, Chicago, 21 abr. 2003.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GELLER, JB. Titanic: Women and Children First. New York: W. W. Norton & Company, 1998.

GETÚLIO Vargas, o amigo das crianças. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940.

GEWIRTH, Alan. Are There Any Absolute Rights? The Philosophical Quarterly (1950-), v. 31, n. 122, pp. 1-16, Oxford: Oxford University Press, 1981.

GODOI, M. S. de. Tributo e solidariedade social. In: GRECO et al. (Coord.). Solidariedade social e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.

GOMES, Marcos Emílio (Coord.). A Constituição de 1988, 25 anos. Rio de Janeiro: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA e Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GONÇALVES, João Luís. Uma breve história do Direito das Crianças e dos Jovens. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2018.

GONÇALVES, Thiago de Oliveira. A absoluta prioridade dos direitos da criança, do adolescente e do jovem: análise empírico-normativa da aplicação judicial da norma atribuída ao Artigo 227 da Constituição. 164 f. Mestrado em direito Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2011.

GONTHIER, Charles D., Liberty, Equality, Fraternity: The Forgotten Leg of the Trilogy, or Fraternity: The Unspoken Third Pillar of Democracy, 45 McGill L. J. 567, 2000.

GOTTLIEB, Gilbert. Probabilistic epigenesis. *Developmental Science*, 10:1, p. 2, 2007.

GREENE, The Cognitive Neuroscience of Moral Judgment Joshua D. In: *The Moral Brain: A Multidisciplinary Perspective*, Neuroscience and society, MIT Press, March 2015.

GROFF, Paulo Vargas. Direitos Fundamentais nas Constituições brasileiras. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 45 n. 178 abr./jun., 2008.

GUTIÉRREZ, Horacio. O Tráfico de Crianças Escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista História*, São Paulo, p. 59-72, jan./jul., 1989.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional - a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

_____. Die Wesensgehaltsgarantie des Art. 19 Abs. 2 Grundgesetz, Müller, 1998.

HABERMAS, Jürgen. The concept of Human Dignity and the realistic utopia of Human Rights. The Author Journal compilation, Metaphilosophy LLC and Blackwell Publishing Ltd, 2010.

_____. Teoria do agir comunicativo. 2 vol. Tradução de Paulo Soethe e Flávio Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. Some Further Clarifications of the Concept of Communicative Rationality, 1996. In: HABERMAS, J. On the Pragmatics of Communication. Edited by Maeve Cooke. Cambridge: The MIT Press, 1998.

_____. Direito e democracia. 2 vol. Tradução de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAMMARBERG, T. Making Reality of the Tights of Child Lectures, Part 2, Ghent: Children's Rights Centre, 1992.

HECKMAN, James J. The Case for Investing in Disadvantaged Young Children, CESifo DICE Report, ISSN 1613-6373, ifo Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 06, Iss. 2, 2008.

_____. Invest in early childhood development: Reduce deficits, strengthen the economy. The Heckman Equation, p. 1. Disponível em: https://heckmanequation.org/www/assets/2013/07/F_HeckmanDeficitPieceCUSTOM-Generic_052714-3-1.pdf

HECKMAN, James J.; KAUTZ, Tim. Hard evidence on soft skills. Labour Economics: Elsevier, 2012.

HECKMAN, J. J.; MASTEROV, D. V. The Productivity Argument for Investing in Young Children. Review of Agricultural Economics, 29(3), p. 446-93, 2007.

HECKMAN, J. J.; MOON, S.; PINTO, R. R.; YAVITZ, A. Q. The Rate of Return to the Perry Preschool Program [unpublished manuscript] Department of Economics, University of Chicago, s.d.

HEGEL, G. W. F. Jenaer Schriften, 1801-07. Werke in 20 Bänden (vol. 2). Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

HENSCH, T. K. The power of the infant brain. Scientific American, p. 64-69, 2016.

HEWLETT, B. Hunter-Gatherer Childhoods – Evolutionary, Developmental, and Cultural Perspectives. New York: Routledge, 1970.

HESS, C.; OSTROM, E. A Framework for Analyzing the Knowledge Commons. In: Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Practice. Cambridge: MIT, 2005.

HESSE, Konrad. Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland, 20 auflage, C.F. Müller, 1999.

HOLZSCHIETER, Elisabeth. *Gerechtigkeit*. Wien: Facultas, 2009.

HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung: Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Suhrkamp, 2010.

_____. *Luta por reconhecimento: A gramática dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOWLAND, Southworth. *Disasters and Railroad Accidents in the United States*. Worcester, 1840.

HUGHES, Beverley. *Openness and Contact in Adoption: A Child-centred Perspective*. *The British Journal of Social Work*, v. 25, Issue 6, dez. 1995.

HÓSTIA. Ir. Aurea de Jesus. *O Padre Siqueira sua vida e sua obra*. Petrópolis. Vozes. 2013.

IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

JACKSON, V.; TUSHNET, M., (Eds.). *Proportionality: New Frontiers, New Challenges. Comparative Constitutional Law and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

JACOBSEN, Anette Faye. *Children's Rights in the European Court of Human Rights – An Emerging Power Structure*. *The International Journal of Children's Rights*, v. 24, Issue 3, 2016.

JASPERS, Karl. *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
Vom Ursprung und Ziel der Geschichte. Munique: Piper Verlag, 1949.

JELLINEK, Georg. *System der subjektiven öffentlichen Rechte*. 2 ed., Tübingen: Mohr, 1905.

JOHN, O. P.; SRIVASTAVA, S. *The Big Five Trait Taxonomy: History, Measurement, and Theoretical Perspectives*. In: PERVIN, L. A.; JOHN, O. P. (Eds.). *Handbook of Personality: Theory and Research*. Amsterdam: Elsevier, 1999.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. *Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade*. *Revista FEA – PUC-SP*, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

KERBER-GANSE, W. *Die Menschenrechte des Kindes, Die UN-Kinderrechtskonvention und die Pädagogik von Janusz Korczak, Versuch einer*

Perspektivenverschränkung, Warschau: Barbara Budrich, Opladen & Farmington, 2009.

KEY, Ellen. The Century of the Child. New York: Putman, 1909.

KISHIMOTO, Tizuko M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KLATT, Mathias. Robert Alex's Philosophy of Law as System. Institutionalized Reason. Oxford University Press 2012.

KLATT, Matthias; MEISTER, Moritz. The Constitutional Structure of Proportionality. Oxford: University Press, 2012.

_____. Verhältnismässigkeit Als Universelles Verfassungsprinzip. Der Staat, Vol. 51, No. 2, Duncker & Humblot GmbH, 2012.

KLEIN, Melanie. A psicanálise de crianças. In: Obras Completas de Melanie Klein. v. II, 1932, Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. O desenvolvimento inicial da consciência na criança. In: Obras Completas de Melanie Klein: v. I, 1933, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KNIGHT, Franklin W. The Haitian Revolution. The American Historical Review, v. 105, Issue 1, 1 fev. 2000.

KNOX, John H. Horizontal Human Rights Law. American Journal of International Law. v. 102, Issue 1, jan. 2008.

KOHM, Lynne Marie. Tracing the Foundations of the Best Interests of the Child Standard in American Jurisprudence, 10 Journal of Law & Family Studies, 337, 2008.

KORCZAK, Janusz. Como amar uma criança. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Diário do Gueto. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. O direito da criança ao respeito. São Paulo: Summus, 1986.

_____. Quando eu voltar a ser criança. 14 ed. São Paulo: Summus, 1981.

_____. Wie man ein Kind lieben soll. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH & Co., 2018.

KUMM, M. Political Liberalism and the Structures of Rights: on the place and limits of the Proportionality Requirement .p. 153 In: PAVLAKOS, George (Ed). Law, Rights and Discourse: The Legal Philosophy of Robert Alexy. Oxford: Hart Publishing, 2007.

_____. Constitutional Rights as Principles: On the Structure and Domain of Constitutional Justice, 2 INT'L J. CONST. L. N. 574, 2004.

LAIDLER, Christiane. A lei do ventre livre: interesse e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”. Revista Escritos da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, n. 5, 2011.

LANSDOWN, Gerison. The evolving capacities of the child. Unicef. Florence: Giuntina, 2005.

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. Nn: ANDRÉS-GALLEGO, Jose (Coord). Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/71612466.pdf>>.

LEITE, Isabel Costa. Os objetivos políticos da OEA: intervenção e desafios no espaço latino-americano. Cadernos de Estudos Latino-americanos, n. 1, 2006.

LEVITT P.; NELSON CA. How the timing and quality of early experiences influence the development of brain architecture. Child Development, 81, p. 28-40, 2010.

LEWIS, C. S. The Abolition of Man, or, Reflections on Education with Special Reference to the Teaching of English in the Upper Forms of Schools. San Francisco: HarperSanFrancisco, 2001.

LIBERAT, W. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1998.

LIEBEL, Manfred. Kinder und Gerechtigkeit – über Kinderrechte neu nachdenken. Weinheim und Basel: Beltz Juventa, 2013.

LIMA, João Alberto de Oliveira. A Gênese do texto da Constituição de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, p. 356. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>>.

LIMA, Karina de Oliveira. Menor: um problema para a sociedade disciplinar, São Paulo, Dissertação (Mestrado, Psicologia), Instituto de Psicologia da UPS, orientador Paulo César Endo, 2011.

LIMA, Paulo Gomes. Tendências Paradigmáticas na Pesquisa Educacional, Artur Nogueira. São Paulo: Amil, 2003.

LINDEN-RETEK, Paul. Cosmopolitan law and time: Toward a theory of constitutionalism and solidarity in transition. *Global Constitutionalism*, 2015, 4:2, p. 157–194, Cambridge University Press, 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 36, n. 141 jan./mar. 1999.

LOCKE, John. Some Thoughts Concerning Education. *The Harvard Classics*. Nova Iorque: P.F. Collier & Son, 1909–17.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174437>>.

MARANGON, Ana Carolina Rodrigues. Janusz Korczak, precursor dos Direitos da criança. São Paulo: Editora Unesp; Edição, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: *História social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, n. 74, mar. 2006.

MARTINEAU, Anne-Charlotte. Overcoming Eurocentrism? *Global History and the Oxford Handbook of the History of International Law*. *European Journal of International Law*, Oxford, v. 25, n. 1, p. 335-336, 2014.

MARTINS, José Pedro Soares. Prioridade para infância e adolescência, dever do Estado e da sociedade (DDHH Já – Dia 88, Art.29). Agência Nacional de Notícias - ASN, 31 mar. 2019. Disponível em: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/15561>>.

MARTINS, Rosa. Responsabilidades parentais no século XXI: a tensão entre o direito de participação da criança e a função educativa dos pais, in Tânia PEREIRA e Guilherme OLIVEIRA (orgs.): *Cuidado e Vulnerabilidade*, São Paulo, Atlas, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAVRONICOLA, Natasa. What is an "bsolute right"? Deciphering Absoluteness in the Context of Article 3 of the European Convention. Human Rights Human Rights Law Review 12:4, Oxford University Press, 2012.

MCEWEN, B. S.; SEEMAN, T. Protective and damaging effects of mediators of stress: elaborating and testing the concepts of allostasis and allostatic load. Annals of the New York Academy of Sciences, 896(1), p. 30-47, 1999.

MCHALE, Jerry; ROBERTSON, Irene; CLARKE, Andrea. Building a Child Protection Mediation Program in British Columbia. 47:1 Family Court Review 86, 2009.

MDS. Censo SUAS – Bases e Resultados 2018, Unidades de Acolhimento.
_____. Censo SUAS – Bases e Resultados 2016, Gestão Municipal
_____. Orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS. 2018, p. 20.
_____. Orientações técnicas para elaboração do plano individual de atendimento (pia) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento. Brasília: Imprensa Oficial, 2018.

MEAD, G. H. La génesis del self y el control social. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. Madrid, 55, jul./set. 1991.

MEDINA, José Miguel Garcia. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. Paulo: Saraiva, 2014.

MENINA vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada. G1, Rio de Janeiro, 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>>.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

MIKALSON, J. D. Hestia. Greek Myth and Religion. In: Oxford Classical Dictionary. [on-line] dez. 2015.

MILL, John S. On Liberty. 1859. Ontario: Batoche Books, 2001.

MILLER, P.H. Piaget's cognitive-stage theory and the neo-Piagetians. In: Theories of Developmental Psychology. 5 ed. New York: Worth Publishers, 2011.

MILWARD, David. Children Need Families, Not Courtrooms: Alternatives to Adversarial Litigation in Child Welfare, A Special Report. The Office of the Children's Advocate Manitoba. mar. 2016.

MINNEROP, Petra et al. Solidarity Rights - Development, Peace, Environment, Humanitarian Assistance. Max Planck Encyclopedia of Public International Law, Oxford Public International Law Encyclopedia, fev. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Nota Técnica n. 11/2017/PFDC/MPF. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes>>.

MIRAGLIA, Paula. Uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. Novos Estudos. n 72, jul. 2005.

MÖLLER, Kai. Balacing and the Structure of Constitutional Rights, 5 International Journal of Constitutional Law, 453-68, 2007, p. 466.

_____. The Global Model of Constitutional Rights, 2007, I•CON, jul., v. 5: 453, 2007.

MNOOKIN, Robert. Foster Care-In Whose Best Interest? Harvard Educational Review, v. 43, n. 4, nov., 1973.

_____. Child-Custody Adjudication: Judicial Functions in the Face of Indeterminacy. L. & Contemp. Prob. 226, 1975.

MÖLLER, Kai. US Constitutional Law, Proportionality, and the Global Model. In: JACKSON, V.; TUSHNET, M., (Eds.). Proportionality: New Frontiers, New Challenges. Comparative Constitutional Law and Policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

_____. The Global Model of Constitutional Rights, 2007, I•CON, jul. 2007.

MONDIN, Fabrícia Alcantara. A construção da decisão judicial nas ações de destituição do poder familiar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MORAIS, Carlos Blanco de. Manual de legística: critérios científicos e técnicos para legislar melhor. Lisboa:Verbo, 2007.

MORENO, Alessandra Zorzetto. Adoção: práticas jurídicas e sociais no Império Luso-Brasileiro (XVIII-XIX). História, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/15.pdf>>.

MORESO, José Juan. Ways of Solving Conflicts of Constitutional Rights. *Ratio Juris*, 25, 2012.

_____. Alexy y la aritmética de la ponderación, 2007, p. 74. In: ALEXY, Robert. *Derechos sociales y ponderación*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2007.

MORIN, Edgar. *O Método VI: Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, 2000.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, Governo do Estado do Piauí, 1985.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, 1972.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

MÜLLER, Friedrich. Teoria moderna e interpretação dos direitos fundamentais, especialmente com base na Teoria Estruturante do Direito, *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, Num. 7, 2003.

MULLEY, Clare. *The Woman who saved the Children: a Biography of Eglantyne Jebb, Founder of Save the Children*. Oxford: Oneworld, 2009.

MUTUA, Makau. *Is the Age of Human Rights Over?* London e New York: Routledge, 2016.

MYERS, John E.B. *Child Protection in America: Past, Present, and Future*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

NABAIS, J. C. Solidariedade social, cidadania e direito fiscal. In: GRECO et al (Coord.). *Solidariedade social e tributação*. São Paulo: Dialética, 2005.

NASCIMENTO, Maria Livia do. *Proteção e negligência: pacificando a vida de crianças e adolescentes*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD. Building the Brain's "Air Traffic Control" System: How Early Experiences Shape the Development of Executive Function. Working Paper 11. Center on the Developing Child at Harvard University, 2011. Disponível em: <<http://www.developing child.harvard.edu>>.

_____. Children's Emotional Development Is Built into the Architecture of Their Brains. Working Paper 2. Center on the Developing Child, Harvard University, 2004. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>.

_____. Early Experiences Can Alter Gene Expression and Affect Long-Term Development. Working Paper 10. Center on the Developing Child, Harvard University, p. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>.

_____. Excessive Stress Disrupts the Architecture of the Developing Brain. Working Paper 3. Center on the Developing Child, Harvard University, 2005/2014. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>.

_____. The Timing and Quality of Early Experiences Combine to Shape Brain Architecture. Working Paper 5. Center on the Developing Child, Harvard University, 2007. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>.

_____. Young children develop in an environment of relationships. Working Paper No. 1. Center on the Developing Child, Harvard University, 2004. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>.

NELSON, Charles A. Neural plasticity and human development: the role of early experience in sculpting memory systems. *Developmental Science*, 3:2, p. 115-136, 2010.

NELSON, Charles; FOX, Nathan; ZEANA, Charles. *Romania's Abandoned Children - Deprivation, Brain Development, and the Struggle for Recovery*. Cambridge: Harvard University Press. 2014.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NOVINSKY, Anita. Janusz Korczak e a esperança perdida. In: ARNON, Joseph. *Quem foi Janusz Korczak?* São Paulo: Perspectiva, 2005.

NOVO ministro da Defesa fraudou a Constituição em 1988. *Jornal Brasil de Fato*, de 16 a 22 ago., 2007. Disponível em: <http://issuu.com/brasildefato/docs/bdf_233/6>.

NUNES, Pedro. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

NUNES, Marcelo Guedes (coord.), et al. *Tempo dos processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do poder judiciário*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

OCHA. *The Use of Foreign Military and Civil Defence Assets In Disaster Relief*, 2007.

O'DWYWER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OECD. What is social capital? Insights: Human Capital, 2011.

OHCHR. Human Rights Council. A/HRC/25/35. Access to justice for children. 16 dez. 2013.

_____. Principles and Guidelines supported by practical guidance, on the human rights protection of migrants in vulnerable situations. Global Migration Group, Geneva: OHCHR, 2017.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons – the evolution of Institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PADASTRO é acusado de matar enteado de 10 anos por dizer que é gay. Isto É, Mundo, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/padrasto-e-acusado-de-matar-enteado-de-10-anos-por-dizer-que-e-gay>>.

PAES, Elpídio Ferreira. Estrutura e evolução da família romana. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. n. 5, p. 20, 1971. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/67468>>.

PARK, Ki-Gab. Law on natural disasters. Community Obligations in Contemporary International Law Veranstaltung, 2015, Berlin: Community interests across international law. First edition, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições do Direito Civil. 11 ed., v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEREIRA, Caio M. da Silva. Estatuto da Criança no quadro evolutivo do direito brasileiro. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

PEREIRA, Rodrigo. Responsabilidade civil por abandono afetivo. In: MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo (Coords.). Responsabilidade civil no direito de família. São Paulo: Atlas, 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família. 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PEREIRA, Tania da Silva. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Renovar, 2008.

PESTALOZZI, J. H. Antologia de Pestalozzi. Tradução Lorenzo Luzuriaga. Buenos Aires: Losada, 1946.

PETERS, Anne. Global Constitutionalism. The Encyclopedia of Political Thought. John Wiley & Sons Ltd., 2015.

PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A representação do mundo na criança. Rio de Janeiro: Record, 1936.

_____. O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PIEROTH; SCHLINK; KINGREEN; POSCHER. Grundrechte Staatsrecht II, 31. Auflage. Heidelberg: C.F. Müller, item 60, 2010.

PIKLER, Emmi. The Development of Movement – Stages, An excerpt PEACEFUL BABIES – CONTENTED MOTHERS (published in 1940), taken from Sensory Awareness Foundation publication BULLETIN (Number 14/Winter 1994); . Pikler, Emmi, "Se Mouvoir en Liberte des le Premier Age" Presses Univ. de France, Paris, 1979.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. O magistrado paternal: o Juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933). 2014. 231 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)-Casa de Oswaldo Cruz Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O Trabalho de Crianças Escravas na Cidade de Salvador 1850-1888. Afro-Ásia, 32, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas. Rev. TST, Brasília, v. 75, n. 1, p. 108-109, jan/mar 2009.

_____. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 1997.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Waldir Francelino. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 25, n. 2, p. 16-25, 2006.

PLATÃO. A República. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PLUTARCO. De liberis educandis. Leipzig: Teubner, 1974.

PRIOTTO, Elis; BONETI, Lindomar. Violência escolar: nas escolas, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009.

PRUDENTE, E. A. DE J. O negro na ordem jurídica brasileira. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 83, p. 135-149, 1988.

PULIDO, Carlos Bernal. La racionalidad de la ponderación, 2007, p. 45-47. In: ALEXY, Robert. Derechos sociales y ponderación. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2007.

PUTNAM, Robert. Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy, 1993.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

RAMOS, André de Carvalho. Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RASELLA D; BASU S; HONE T; PAES-SOUSA R, OCKÉ-REIS CO; MILLETT C. Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study. PLoS Med 15(5): e1002570, 2008.

RAZ, Joseph. Practical Reason and Norms. Oxford: Oxford University Press, 1999.

REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado, 5a ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

REINA, Eduardo. Cativo sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESONBLOOM, Michael et al. The Funcional Neuroanatomy of Decision-Making. J Neuropsychiatry Clin Neurosci, 24:3, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Ed. Global, 2014.

_____. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2006.

RIVERA, Deodato (Org.). Brasil criança urgente: a lei. São Paulo: Columbus, Coleção Pedagogia Social, v. 3, 1990.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: Um história da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROBESPIERRE, Maximilien. Discours sur l'organisation des gardes nationales. Article XVI. 1790.

ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democratização. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 88, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452013000100004&script=sci_arttext>.

ROEDIGER, R. What happened to behaviorism. APS, 2004. Observer. Disponível em: <<http://www.psychologicalscience.org/index.php/uncategorized/what-happened-to-behaviorism.html>>.

ROSSATO, L.; LÉPORE, Paulo; CUNHA, Rogério. Estatuto da Criança e do Adolescente, Comentando artigo por artigo. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROTH, Wolfgang. Die Grundrechte Minderjähriger im Spannungsfeld selbständiger Grundrechtsausübung, elterlichen Erziehungsrechts und staatlicher Grundrechtsbindung. Berlin: Duncker & Humblot, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou da educação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. Émile ou de l'éducation. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difel Editorial, 1979.

_____. Projeto para a educação do Senhor de Sainte-Marie. Tradução Dorothée de Bruchard. Porto Alegre: Paraula, 1994.

ROXIN, Claus. Strafrecht. Allgemeiner Teil, Bd. I, München: Verlag C.H. Beck, 1992.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas, 3. ed. rev. atua., Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC. Brasília: CAPES/UAB, 2014.

RÜFNER, Wolfgang. Grundrechtsträger. Rn. 13, p. 731-792 In: INSENSEE; KIRCHHOG (Orgs). Handbuch des Staatsrechts der Bundesrepublik Deutschland Band IX: Allgemeine Grundrechtslehre. Heiderlberg: C.F. Müller, 2011.

RUSSELL, Bertrand. Uma História da Filosofia Ocidental. Brasília: Editora Nacional, 1967.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Novo estruturalismo jurídico: uma alternativa para o Direito? Revista dos Tribunais, RT 926, p. 540-541, dez., 2012.

SAMEROFF, A. A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. Child Development, 81(1), p. 6-22, 2010.

SANCHES, Helen C.; VERONESE, Josiane R. Dos Filhos de Criação à Filiação Socioafetiva. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS FILHO, L. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alesp, 2014.

SBP. Disforia de Gênero. Guia Prático de Atualização. Departamento Científico de Adolescência, n. 4, jun. 2017. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf>.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania C. I. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. In: Navegando na História da Educação Brasileira. HISTEDBR, FE-Unicamp. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>.

SENADO FEDERAL. Parecer do Senador Expedito Júnior (PR/RO) à PEC n. 42 de 2008 apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 11 fev., 2009.

SCHMITT, Carl. *Verfassungslehre*. Berlin: Duncker u. Humblot GmbH, 1928.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr., 2017.

SCHNEIDER, Carl E. Discretion, Rules, and Law: Child Custody and the UMDA's Best-Interest Standard, 89 Mich. L. Rev. 2215, 1991.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastores. Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. *Revista de Antropologia, Vivência*, n. 46, 2015.

SHONKOFF, J. P.; PHILLIPS, D. A. *From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development*. Washington: National Academy Press, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCIARRA, Silvana. *Solidarity and conflict*. Cambridge University Press, 2018.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania C. I. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. In: *Navegando na História da Educação Brasileira*. HISTEDBR, FE-Unicamp. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>.

SÊNECA. *Diálogos*. Tradução José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SHONKOFF, J. P. Building a new biodevelopmental framework to guide the future of early childhood policy. *Child Development*, 81(1), p. 357-367, 2010.

SILVA, Elaine Cristina da. Direito da criança e do adolescente: entre a curricularização e a efetividade do acesso à justiça via formação acadêmica. Por uma educação jurídica superior que contemple a prioridade absoluta dos direitos infantoadolescentes. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, p. 42-43. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-AXJMPK/ppgdireito_elainecristinasilva_dissertacaomestrado.pdf?sequence=1>.

SILVA, José Afonso da. O processo de formação da Constituição de 1988. In: *SENADO FEDERAL. A Gênese do texto da Constituição de 1988*. Brasília, 2013, p. xix. Disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>>.

_____. Direitos humanos da criança. In: Poder Constituinte e Poder Popular. Malheiros, 2002, p. 207-6.

_____. Curso de Direito Constitucional positivo, 41ed, 2018.

SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. How Global is Global Constitutionalism?: Comments on Kai Moller's The Global Model of Constitutional Rights, *Jerusalem Review of Legal Studies* 10, 2014.

_____. Comparing the Incommensurable: Constitutional Principles, Balancing and Rational Decision, *Oxford Journal of Legal Studies* 31:2, 273-301, 2011.

_____. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. *Revista de Direito do Estado*, 4, 2006.

_____. Interpretação Constitucional e sincretismo metodológico, p. 121. In: DA SILVA, Virgílio (orgs.), *Interpretação constitucional*. Coleção teoria e direito publico. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, 798, 2002.

SILVA, Leandro Alves da et al. A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia. Porto Alegre: MinC, 31 jul. 2015.

SKINNER, B. F. Operant behavior. In: *Science and human behavior*. The B. F. Skinner Foundation, 1953.

SOUZA, José Inacio de Melo. O Estado contra os meios de comunicação, 1889-1945. São Paulo: Annblume, 2003.

SMEND, Rudolf. *Verfassung und Verfassungsrecht*. Berlin: Duncker & Humblot, 2014.

_____. *Staatsrechtliche Abhandlungen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1955.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Assistência social educativa para a infância desvalida (Brasil, 1822-1889). *Revista Iberoamericana de Educación*, vol. 75, pp. 89-110, 2017.

STRECK, Lenio. Do pamprincipiologismo à concepção hipossuficiente de princípio. Dilemas da crise do direito, Brasília a. 49 n. 194 abr./jun., 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. São Paulo: Malheiros, 2006.

SUPER, C.; HARKNESS, S. Cultural Perspectives on Child Development. In: WAGNER, D.; STEVENSON, H. (Eds.). Cultural Perspectives on Child Development. San Francisco: W.H. Freeman, 1982.

TEIFKE, Nils. Human Dignity as a Principle and as a Constitutional Rights., p. 235. In: GRIMM, KEMMERER, MÖLLERS. Human Dignity in Context. Baden-Baden: Nomos, 2018.

SUPIOT, Alain. Homo Juridicus: Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

SURALL, Frank. Ethik des Kindes: Kinderrechte und ihre theologisch-ethische Rezeption. Habilitationsschrift, Kohlhammer W, 2009.

TELLES, José Homem Corrêa. Commentario critico á Lei da Boa Razão. Lisboa: Tipographia de Maria da Madre de Deus, 1865. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/OR/108523/pdf/108523.pdf>>.

TOLEDO JR, Flávio C. de; ROSSI, Sérgio C. Os tribunais de contas e os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Revista do TCU, n. 108, jan/abril, 2007.

UN. Committee on the Rights of the Child. General Comment No. 1: The Aims of Education, article 29, 2001, CRC/GC/2001/1, 17 April, 2001.

UNICEF. Frequently asked questions. Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <https://www.unicef.org/crc/index_30229.html>.

_____. Implementation handbook for the Convention on the Rights of the Child, 2007.

_____. Um mundo para as crianças: Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança. As metas das Nações Unidas para o Milênio. Nova York: Nações Unidas, 2002, p. 12.

VALENTE, Jane. Família Acolhedora. As relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

VALENTINE, G. Angels and Devils: Moral Landscapes of Childhood. Environment and Planning D: Society and Space, 14(5), p. 581–599, 1996.

VAN BUEREN, Geraldine. The international Law on the Rights of the Child. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1998.

VARALDA, Renato Barão. Responsabilidade do Estado pela omissão do cumprimento das normas gerais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Boletim Científico, n. 26, jan./mar, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/7823>>.

VASAK, Karel Vasak. Pour une troisième génération des droits de l'homme. In: Studies and essays on international humanitarian law and red cross principles, 1984, p. 837-839 apud MORGAN-FOSTER, Jason. Third Generation Rights: What Islamic Law Can Teach the International Human Rights Movement, 8 YALE HUM. RTS. & DEV. L.J. 67, 2005

VAZ, F. A infância abandonada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

VARCELONE, Paolo. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio F. do Amaral; MENDEZ, Emílio G. (Coords). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos: de Maria da Penha à Belo Monte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LIMITES E POSSIBILIDADES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO – IMPUNIDADE, DIREITOS E DEMOCRACIA. Porto Alegre, 2 abr., 2012. Disponível em: <[https://www.conectas.org/arquivos/site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20\(2\)\(1\).pdf](https://www.conectas.org/arquivos/site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20(2)(1).pdf)>.

VILLELA, J. B. Liberdade e família. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. III, série Monografias, n. II. Belo Horizonte: Direito UFMG, 1980.

SILVA, Virgilio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. Revista de Direito do Estado, 4, 2006.

VON BOGDANDY, Armin; MAC GREGOR, Eduardo Ferrer; ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flavia; SOLEY, Ximena. Ius constitutionale commune en América Latina: A regional approach to transformative constitutionalism. Publisher Heidelberg: Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, 28 out. 2016.

VON SAVIGNY, Friedrich Carl. System des heutigen Römischen Rechts. § 33, A: Auslegung der Gesetze. Berlin, 1840.

VYGOTSKY, L. Mind and society. Cambridge: MIT Press, 1978.

WANG, Peng-Hsiang. Formal Principles as Second-Order Reasons, In: BOROWSKI, Martin et al. (Eds.). *Rechtsphilosophie und Grundrechtstheorie. Zum System Robert Alexys*, Mohr Siebeck, 2016.

WAPLER, Friederike. *Kinderrechte und Kindeswohl*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo; ALMEIDA, Flávio Correia de. *Curso avançado de Processo Civil*. v. 1, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

WASSERTZUG, Zalman. *Janusz Korczak: mestre e mártir*. São Paulo: Summus, 1983.

WATKINS, Sallie A. *The Mary Ellen Myth: Correcting Child Welfare History*. Social Work. v. 35, n. 6. Oxford: Oxford University Press, 1990.

WEBBER, Grégoire. *Proportionality and Absolute Rights*, 2017.

_____. Proportionality, Balancing and the Cult of Constitutional Rights Scholarship. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence* 23 (1):179-202, 2010.

WERKER, J.; HENSCH, T. Critical periods in speech perception: New directions. *Annual Review of Psychology*, 66, p. 173-196, 2015.

WESTIN, Ricardo. *Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920*. Senado Federal, 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>>.

WHO. *Violence against children*. Fact sheet. Media Centre. Fev. 20018. Disponível em: <<https://www.who.int/mediacentre/factsheets/violence-against-children/en/>>.

WINNICOTT, Donald W. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Tudo Começa em Casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WHITTINGTON, Keith E.; KELEMEN, Daniel; CALDEIRA, Gregory. *The Oxford Handbook of Law and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

WYTENBACH, J. Grund-und Menschenrechtskonflikte zwischen eltern, kind und staat. Schutzpflichten des Staates gegenüber Kindern und Jugendlichen aus dem Internationalen Menschenrechtsschutz und der Bundesverfassung (Art. 11 BV). Helbing & Lichtenhahn, 2006.

XAVIER, Patrícia Pereira. O Dragão do Mar na Terra da Luz: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

YOUF, Dominique. Penser les droits de l'enfant, Paris: PUF, 2002.

ZANELLA, Maria; LARA, Angela. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenile. Revista Angelus Novus, USP – ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015, p. 127.